

1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S/A (Companhia), com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa e foi listada no Novo Mercado da Bovespa com seus valores mobiliários negociados desde o dia 19 de novembro de 2004, sob o código DASA3.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços à pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar e outras modalidades de custeio da saúde, nas áreas de: (i) análises clínicas, diretamente ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; e (ii) outros serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear, sendo que a administração não os controla separadamente nos seus processos de negócios, não configurando, portanto, segmentos reportáveis.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros. A Companhia atua no mercado de apoio a laboratórios através da marca Álvaro e oferece serviços para o setor público de saúde através da marca CientificaLab. A Companhia pode também participar de outras sociedades.

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com 519 unidades ambulatoriais e hospitalares:

Marcas	Estado	31/12/13	31/12/12
Delboni Auriemo (i)	São Paulo	42	41
Lavoisier	São Paulo	77	81
Bronstein	Rio de Janeiro	41	42
Lâmina (i)	Rio de Janeiro	14	13
Pasteur	Brasília	25	23
Frischmann	Paraná	39	42
Image	Bahia	4	4
Laboratório Álvaro	Paraná	14	14
LabPasteur	Ceará	17	18
Vita-Lâmina	Santa Catarina	2	2
Atalaia	Goiás	22	21
Exame	Brasília	23	22
MedImagem	Rio de Janeiro	7	7
Hospital Mãe de Deus	Rio Grande do Sul	3	2
Cedic/Cedilab	Mato Grosso	9	11
Unimagem	Ceará	1	1
CERPE	Pernambuco	37	40
Sérgio Franco	Rio de Janeiro	80	78
Proecho	Rio de Janeiro	15	15
Multi Imagem	Rio de Janeiro	6	6
CDPI	Rio de Janeiro	7	7
Previlab	São Paulo	18	19
Cytolab	São Paulo	13	12
Alta Excelência Diagnóstica - <i>Premium</i>	São Paulo e Rio de Janeiro	<u>3</u>	<u>2</u>
		<u>519</u>	<u>523</u>

(i) A marca Club DA contava em 31 de dezembro de 2013 com 23 unidades sendo 19 unidades anexas à marca Delboni Auriemo e 4 unidades à marca Lâmina.

Adicionalmente, o CientificaLab opera no segmento de saúde pública, cuja receita tem origem nos contratos firmados com clientes do setor público de saúde. Esta operação encerrou o exercício de 2013 com 28 clientes que demandaram 6,1 milhões de requisições de exames. O CientificaLab atende em 590 pontos de coleta, sendo 76 hospitais e 514 ambulatoriais, que não estão relacionados nas unidades listadas acima.

As informações, listadas acima, não fazem parte do escopo de trabalho de auditoria dos auditores.

2 Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (“APRO”) e Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”)

Em 26 de outubro de 2011, a Companhia celebrou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos autos do Ato de Concentração nº 08012.010038/2010-43, um Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (“APRO”), relativo a operação objeto do Contrato de Associação celebrado em 07 de dezembro de 2010, que tem como escopo a aquisição das empresas do Grupo MD1 (“Operação”), mediante aquisição direta e a incorporação de ações aprovada em assembleia geral extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2011. O APRO teve por objetivo prevenir, até o julgamento do mérito do Ato de Concentração e em relação às empresas objeto da Operação (grupo MD1), alteração irreversível ou de difícil reparação, assegurando a reversibilidade da Operação na hipótese do CADE eventualmente entender que será necessária a imposição de restrições quando do julgamento do mérito. Conforme previsto no APRO, a Companhia contratou auditor independente, a BDO RCS Auditores Independentes, para atestar o cumprimento do APRO. Em todos os relatórios bimestrais emitidos a BDO concluiu que foram atendidas todas as exigências estabelecidas nas cláusulas do APRO referentes às obrigações a serem cumpridas pelos Compromissários.

A Companhia, baseada em parecer de seus assessores jurídicos externos, concluiu que, para fins do cumprimento das obrigações de divulgação em 31 de dezembro de 2013, não é parte relacionada às sociedades do Grupo Amil, pois tais sociedades não são controladas ou controladoras da Companhia, tampouco estão sob controle comum, direto ou indireto, ou seus controladores exercem influência significativa sobre a Companhia.

O Ato de Concentração 08012.010038/2010 foi aprovado pelo Tribunal Administrativo do CADE em sessão de julgamento ocorrida em 04 de dezembro de 2013, nos termos do voto do Conselheiro Relator Ricardo Machado Ruiz, com restrições negociadas com a Companhia e formalizadas por meio de Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”).

Considerando a celebração do TCD, o Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação – APRO celebrado pela Companhia em 26 de outubro de 2011 foi considerado pelo CADE como cumprido, extinto e substituído pelo TCD, por ter alcançado o objetivo de preservar a reversibilidade da Operação.

As restrições previstas pelo TCD são descritas a seguir:

(i) a Companhia deverá alienar ativos em municípios do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo conjuntamente o valor de R\$ 110.000 de receita atendida por ano, para um único terceiro adquirente que (a) não tenha relação societária (direta ou indireta) com a Companhia; e (b) não detenha mais de 20% (vinte por cento) do mercado relevante de serviço de apoio diagnóstico (“SAD”) no município do Rio de Janeiro;

(ii) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 3 (três) anos, as operações descritas nos itens (A) a (C) abaixo, envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Belford Roxo, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas; (b) anatomia patológica e citopatologia; (c) ecocardiograma, ecocardiografia, ecodoppler, ecovascular, ecocarótida e vertebrais, ecotranseofágico, (d) eletroencefalograma, (e) tomografia

computadorizada; (f) ultrassonografia; (g) ressonância magnética; (h) densitometria óssea; e (i) mamografia:

(A) fusão ou incorporação de empresa atuante em mercado de SAD ("Fusão/Incorporação");

(B) aquisição, direta ou indireta, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, do controle ou partes de uma ou outras empresas atuantes em mercado de SAD ("Aquisição"); ou

(C) celebração de contrato associativo, consórcio ou joint venture com empresa atuante em mercado de SAD ("Associação" e, em conjunto com as operações de Fusão/Incorporação, Aquisição, conforme definidas acima, "Operações Qualificadas").

(iii) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 2 (dois) anos, Operações Qualificadas envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas, (b) anatomia patológica e citopatologia (c) ecocardiograma, ecocardiografia, ecodoppler, ecovascular, ecocarótida, vertebrais, e ecotranseofágico, (d) tomografia computadorizada, (e) ressonância magnética, e (f) ultrassonografia;

(iv) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 2 (dois) anos, Operações Qualificadas envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas, (b) tomografia computadorizada e (c) ultrassonografia;

(v) transcorridos os prazos iniciais de 3 (três) ou 2 (dois) anos, conforme o caso, previstos respectivamente nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, e pelo prazo adicional de 2 (dois) anos contados após os referidos prazos iniciais, a Companhia deverá submeter à aprovação prévia do CADE quaisquer Operações Qualificadas nas respectivas localidades, mesmo que não atingidos os patamares mínimos de faturamento previstos pela legislação concorrencial para notificação obrigatória de atos de concentração.

Observadas as restrições acima descritas, o TCD a) não impede operações de reorganização societária da Companhia e de sociedades por esta controlada direta e indiretamente; b) não restringe aquisições de sociedades que atuem fora dos municípios listados acima; e c) não contém disposições que possam restringir o crescimento orgânico da Companhia.

A Administração da Companhia tomará as medidas necessárias para dar cumprimento às obrigações determinadas pelo CADE no âmbito do TCD.

Por fim, a versão pública do voto do Conselheiro Relator Ricardo Machado Ruiz, que serviu de motivação para a decisão do Tribunal Administrativo do CADE e expõe os motivos considerados pelo CADE para a decisão adotada, está disponível no sítio eletrônico do órgão (www.cade.gov.br) bem como na página de relações com investidores da Companhia (www.dasa3.com.br).

3 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

<u>Controladas Diretas</u>	<u>Participações</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,99%	99,99%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	0,01%	0,01%
Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	75,95%	99,99%
	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	24,05%	0,01%
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,99%	99,99%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	0,01%	0,01%
Dasa Centro Oeste Participações Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1,00%	1,00%
Dasa Finance Corporation	Diagnósticos da América S.A.	100,00%	100,00%
Dasa Log Empreendimentos Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1,00%	1,00%
Dasa Nordeste Participações Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1,00%	1,00%
Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,99%	99,99%
	Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda.	0,01%	0,01%
Dasa Sudoeste Participações Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1,00%	1,00%
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
	Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida	1,00%	1,00%
Dasa Property Participações Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1,00%	1,00%
Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,99%	99,99%
	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	0,01%	0,01%
Previlab Análises Clínicas Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	99,55%	99,55%
	Alcione Moya Aprilante	0,39%	0,39%
	César Antônio Blázio	0,06%	0,06%
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	69,58%	69,58%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	30,42%	30,42%
LAFÊ Serviços Diagnósticos Ltda. (a)	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	-
	Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	1,00%	-

<u>Controladas Indiretas</u>	<u>Participações</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Check Up UP – Unidade Preventiva, Diagnóstico e Medicina Preventiva Ltda.	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	99,99%	99,99%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	0,01%	0,01%
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Caxias Ltda.	Clínica de Ressonância Multi Imagem Ltda.	99,99%	99,99%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	0,01%	0,01%
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda.	Clínica de Ressonância Multi Imagem Ltda.	70,00%	70,00%
	José Antonio Fragoso Borges Filho	15,00%	15,00%
	José Carlos de Castro Bersot	7,50%	7,50%
	Eduardo Luiz Primo de Siqueira	7,50%	7,50%
Imagem e Diagnóstico Ltda.	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	99,99%	99,99%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	0,01	0,01
Multimagem PET S.A.	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	100,00%	100,00%
Stat Análises Clínicas Ltda.	Previlab Análises Clínicas Ltda.	99,66%	99,66%
	Alcione Moya Aprilante	0,17%	0,17%
	César Antônio Blázio Sanches	0,17%	0,17%
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	Diagnósticos da América S.A.	69,58%	69,58%
	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	30,42%	30,42%
Incebrás Instituto Brasileiro da Coluna e do Cérebro Ltda.	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	29,00%	29,00%
	Jorge Alberto Costa e Silva	70,00%	70,00%
	Romeu Côrtes Domingues	1,00%	1,00%

(a) Constituição de Lafê Serviços Diagnósticos Ltda.

Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda., constituíram uma sociedade empresária limitada, que tem por objeto social a prestação de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), direcionados à pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio de saúde, nas áreas de: (i) análises clínica, diretamente, ou, em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; (ii) outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico, exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo na área de diagnóstico por imagem e métodos gráficos. O capital social subscrito da sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas, dividida entre a Companhia, com 9.900 quotas, e sua controlada, com 100 quotas.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de forma condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de forma condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de março de 2014.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os

valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.8 – Redução ao valor recuperável (impairment) – principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado utilizado no cálculo do teste de recuperação do ágio;
- Nota 9 – Contas a receber de clientes – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 21 – Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis;
- Nota 23 – Imposto de renda e contribuição social – análise da recuperação dos impostos diferidos; e
- Nota 26 – Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.5 Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras.

4.6 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

5.1 Base de consolidação

i. Combinação de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, as combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. O investidor controla a investida quando está exposto ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; menos
- O montante líquido a valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

iii. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento dos balanços. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos no resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

5.3 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que podem ser resgatados diariamente com o próprio emissor do instrumento financeiro sem perda relevante de rendimento.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção contra riscos associados à variação cambial de posições registradas no balanço patrimonial e que estejam atreladas à moeda estrangeira, e resumem-se em “swap”. Assim, a Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

Destaca-se que toda operação com derivativos é submetida, previamente à contratação, à aprovação do Comitê Executivo da Companhia e validado pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares.

Para todos os riscos (à exceção de risco de liquidez e de crédito) aos quais a Companhia estiver exposta na contratação de instrumentos financeiros derivativos, é obrigatória a elaboração mensal de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 50 e 100% de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas de juros e/ou cotações de moedas envolvidas nestas transações.

Os instrumentos derivativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos

aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na Nota Explicativa nº 26.

5.4 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos na rubrica de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel ou vida útil dos bens, dos dois o menor.

5.5 Ativos intangíveis e ágio

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgados na nota explicativa nº 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

5.6 Arrendamento mercantil

i. Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelos prazos de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 28. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

ii. Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os incentivos de arrendamentos pagos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

5.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 120 dias.

5.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele

evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais ativos:

Unidade geradora de caixa: Diagnósticos da América S/A.

Determinação dos fluxos de caixa: Volume de receita baseada na maturação das unidades existentes, nos estudos de viabilidade aprovados para as novas unidades, sinergias de receitas nas aquisições e incremento nos serviços de imagem na Companhia; Prazo utilizado para fluxo de caixa: cinco anos;

Taxa de crescimento fluxo de caixa na Perpetuidade: 3,50% a.a.;

Taxa de desconto utilizada (líquido dos impostos): taxa média ponderada do custo de capital da Companhia (13,7% a.a.).

O teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida, da Companhia e suas controladas, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que

reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

5.10 Receita operacional

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos ao Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

As receitas da Companhia compreendem basicamente a prestação de serviços de diagnósticos e análises clínicas. A receita não faturada corresponde aos serviços de diagnóstico e análises clínicas entregues e ainda não faturadas aos clientes e é calculada com base nos atendimentos prestados aos usuários finais até as datas dos balanços, em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

5.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, despesas com taxas de cartão de crédito, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

5.12 Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Tributo Federal;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Para atendimento aos parágrafos 74 e 75 do CPC 32, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da mesma entidade tributável estão apresentados líquidos.

Imposto sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ISS às alíquotas vigentes em cada Município e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

5.13 Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia não aplica o ajuste a valor presente, devido à irrelevância dos valores envolvidos.

5.14 Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

5.15 Remuneração baseada em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia nos curto, médio e longo prazos, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

5.16 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

5.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia.

Na operação do negócio da Companhia, a Administração entende que as semelhanças entre as empresas que compõem o grupo DASA, por se tratarem de características econômicas e de negócio similares, prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, define “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

5.18 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Em 1º de janeiro de 2013 entraram em vigor novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, porém não afetaram as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia. Essas alterações incluem o CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Consolidadas, o IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento em conjunto, o IFRS 11 / CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1)/IAS 19 Benefícios a Empregados, CPC 45/IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, o CPC 46/IFRS 13 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

5.20 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método

para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39 e acredita que a adoção dessa norma não traga impactos materiais em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alteração ao IFRS 10 - Entidades para Investimentos — Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas: Entidades de investimentos.

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. As alterações destas normas são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que as alterações para entidades de investimento trarão efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, uma vez que a Companhia não se qualifica como uma entidade de investimento.

Alteração do IAS 32 – Instrumentos financeiros: Compensação de ativos e passivos financeiros.

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que faria com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação das alterações do IAS 32 são efetivas para os exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia acredita que a adoção dessas alterações do IAS 32 não tragam impactos materiais em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo. Para um tributo cujo pagamento decorre do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação dessa norma passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a adoção dessa norma tenha impactos significantes em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IAS 39 – Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IAS 36 – Redução ao valor recuperável dos ativos - Divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros.

Em 29 de maio de 2013 o IASB emitiu uma emenda à IAS 36 – ‘Imparidade de ativos’, altera as exigências de divulgação, quanto à mensuração do valor recuperável de ativos, quando este é determinado com base no justo valor menos custos estimados da venda. Essa alteração será efetiva para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia espera que essa alteração da divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros não seja relevante em suas demonstrações financeiras.

5.21 Medida provisória 627 e Instrução normativa 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia e suas controladas prepararam um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluíram que não resultam em efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia e suas controladas aguardam a definição das emendas à MP 627 para que possam optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

6 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

6.1 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado do imobilizado é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6.2 Intangível

O valor justo de marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de *royalties* estimados que foram evitados em função de a marca ou patente ser possuída. O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

6.3 Derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é determinado para fins de divulgação através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

6.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados para a data das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos

convertíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6.5 Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo dos pagamentos a empregados baseados em ações e os direitos sobre valorização de ações são mensurados com base no preço da ação a valor de mercado (cotação BMF&Bovespa) e proporcionais às quantidades de ações e aos dias decorridos entre a data da eleição do beneficiário ao plano e a data das demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e bancos	14.826	12.669	20.868	16.087
Aplicações financeiras	<u>471.745</u>	<u>139.877</u>	<u>515.013</u>	<u>212.432</u>
	<u>486.571</u>	<u>152.546</u>	<u>535.881</u>	<u>228.519</u>

A composição do caixa e equivalentes de caixa classificado no ativo circulante consolidado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/13</u>		<u>31/12/12</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Rendimento médio no exercício</u>	<u>Valor</u>	<u>Rendimento médio no exercício</u>
Caixa e bancos	20.868	-	16.087	-
CDB / Operações Compromissadas	397.610	102,19% do CDI	-	-
Fundo de renda fixa	<u>117.403</u>	102,36% do CDI	<u>212.432</u>	102,63% do CDI
	<u>535.881</u>		<u>228.519</u>	

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente resgatáveis, com a entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

Controladora							
31/12/13				31/12/12			
Moeda	Valor em R\$		Rendimento médio no exercício	Valor em R\$		Rendimento médio no exercício	
CDB / Operações Compromissadas (a)	R\$	6.393	100,01% do CDI	-	-	-	
Fundo de renda fixa (a)	R\$	<u>19.791</u>	102,25% do CDI	<u>46.803</u>		102,63% do CDI	
		<u>26.184</u>		<u>46.803</u>			
Ativo circulante		-		-			
Ativo não circulante		<u>26.184</u>		<u>46.803</u>			

Consolidado							
31/12/13				31/12/12			
Moeda	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	
CDB / Operações Compromissadas (a)	R\$	-	100,01% do CDI	-	-	-	
Fundo de renda fixa (a)	R\$	-	102,25% do CDI	-	57.635	101,70% do CDI	
Título da dívida pública brasileira	US\$	-	-	9.515	19.443	1,76% a.a.	
Títulos de empresa privada (b)	US\$	31.153	4,63% a.a.	6.122	<u>12.510</u>	4,74% a.a.	
		<u>110.773</u>			<u>89.588</u>		
Ativo circulante		<u>(72.980)</u>			<u>(31.953)</u>		
Ativo não circulante		<u>37.793</u>			<u>57.635</u>		

(a) O montante consolidado de R\$ 37.793 (R\$ 57.635 em 31 de dezembro de 2012) aplicado em fundos de renda fixa e CDB / Operações compromissadas, corresponde a garantia do pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, por um prazo de até 6 anos da data de aquisição.

(b) Títulos de empresas públicas e privada adquiridos por subsidiária estabelecida no exterior.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante				
Duplicatas a receber:				
A vencer	237.123	216.209	330.558	288.535
Vencidos (b)	<u>127.425</u>	<u>178.985</u>	<u>187.579</u>	<u>230.834</u>
	364.548	395.194	518.137	519.369
Outras contas a receber:				
Cheques a receber	456	381	795	435
Cheques devolvidos	808	1.080	1.469	1.699
Cartão de crédito	15.135	1.458	15.916	3.434
Convênios a faturar (a)	<u>55.526</u>	<u>48.690</u>	<u>103.371</u>	<u>82.738</u>
	<u>71.925</u>	<u>51.609</u>	<u>121.551</u>	<u>88.306</u>
Total a Receber:	<u>436.473</u>	<u>446.803</u>	<u>639.688</u>	<u>607.675</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos	<u>(46.318)</u>	<u>(91.991)</u>	<u>(67.486)</u>	<u>(109.220)</u>
	390.155	354.812	572.202	498.455
Ativo circulante	<u>(389.860)</u>	<u>(354.812)</u>	<u>(566.262)</u>	<u>(498.455)</u>
Ativo não circulante	<u>295</u>	<u>-</u>	<u>5.940</u>	<u>-</u>

(a) A rubrica Convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar.

(b) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

Controladora							
31/12/13				31/12/12			
	%	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido
0 a 30		37.685	-	37.685	37.344	-	37.344
31 a 60		14.851	-	14.851	18.731	-	18.731
61 a 90		11.914	-	11.914	11.959	-	11.959
91 a 120	25%	6.957	(1.739)	5.218	10.849	(2.712)	8.137
121 a 180	50%	12.536	(6.268)	6.268	12.713	(6.357)	6.356
181 a 360	75%	23.918	(17.939)	5.979	22.187	(16.640)	5.547
acima de 360	100%	<u>19.564</u>	<u>(19.564)</u>	-	<u>65.202</u>	<u>(65.202)</u>	-
		127.425	(45.510)	81.915	178.985	(90.911)	88.074
Cheques devolvidos		<u>808</u>	<u>(808)</u>	-	<u>1.080</u>	<u>(1.080)</u>	-
		<u>128.233</u>	<u>(46.318)</u>	<u>81.915</u>	<u>180.065</u>	<u>(91.991)</u>	<u>88.074</u>
Consolidado							
31/12/13				31/12/12			
	%	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido
0 a 30		52.629	-	52.629	51.618	-	51.618
31 a 60		22.667	-	22.667	24.803	-	24.803
61 a 90		18.091	-	18.091	18.939	-	18.939
91 a 120	25%	13.513	(3.378)	10.135	16.105	(4.026)	12.079
121 a 180	50%	17.964	(8.982)	8.982	17.453	(8.727)	8.726
181 a 360	75%	36.232	(27.174)	9.058	28.592	(21.444)	7.148
acima de 360	100%	<u>26.483</u>	<u>(26.483)</u>	-	<u>73.324</u>	<u>(73.324)</u>	-
		187.579	(66.017)	121.562	230.834	(107.521)	123.313
Cheques devolvidos		<u>1.469</u>	<u>(1.469)</u>	-	<u>1.699</u>	<u>(1.699)</u>	-
		<u>189.048</u>	<u>(67.486)</u>	<u>121.562</u>	<u>232.533</u>	<u>(109.220)</u>	<u>123.313</u>

O processo de cobrança pelos serviços de apoio aos diagnósticos prestados pela Companhia é complexo devido, entre outros fatores, ao grande número de planos de saúde e diferentes graus de cobertura. Esta complexidade, historicamente dá origem a perdas por decorrência de glosas. Em menor escala há ainda perdas por inadimplência.

As glosas estão geralmente relacionadas a: (i) questões operacionais, tais como, serviços prestados aos clientes dos planos de saúde sem prévia autorização destes; (ii) questões comerciais, tais como nova lista de preços acordada que ainda não foi atualizada em ambos os sistemas; e (iii) questões técnicas, tais como a diferença de interpretação de requisições de exames.

Para fazer face às perdas por decorrência dessas glosas e inadimplência, a administração possui uma política para a constituição de provisão para créditos em atraso há mais de 90 dias aplicando-se a grade abaixo:

Títulos em atraso entre:	<u>% de provisão</u>
91 e 120 dias	25%
121 e 180 dias	50%
181 e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

No exercício de 2013, as perdas decorrentes de glosas e inadimplência representaram 3,3% da receita operacional bruta (3,1% no exercício de 2012).

A partir de 2012, a Companhia passou a adotar a prática de baixar contra a provisão os títulos vencidos há mais de 2 anos. No exercício de 2013, por este critério, foram baixados R\$ 61.184 (R\$ 19.563 em 2012) incluindo R\$ 15.803 relativos a processo de cobrança judicial com baixa probabilidade de êxito.

Também se adota o critério de provisionar em 100% os cheques devolvidos por insuficiência de fundos, que na controladora em 31 de dezembro de 2013 corresponde ao montante de R\$ 808 (R\$ 1.080 em 31 de dezembro de 2012) e no consolidado corresponde ao montante de R\$ 1.469 (R\$ 1.699 em 31 de dezembro de 2012).

Dado o histórico de recebimento integral de créditos a receber vinculados a cartão de crédito, a Companhia não provisiona perdas nesta rubrica.

A movimentação no exercício de 2013, das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos, no consolidado, é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2012			<u>(109.220)</u>
Variação da provisão consolidada			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(91.760)	(a)	
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por glosas procedentes	72.080	(b)	
Baixas de provisão sobre títulos vencidos há mais de 02 anos	61.184		
Reversão de provisões de cheques devolvidos	230		41.734
Saldo em 31 de dezembro de 2013			<u>(67.486)</u>

(a) Perda no exercício de 2013, conforme nota explicativa nº 29.

(b) Refere-se basicamente, baixas dos títulos vencidos a mais de 02 anos e que se encontravam provisionados integralmente.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Material direto nacional	23.643	18.265	35.406	32.523
Material direto importado	5.593	7.301	7.664	11.399
Material secundário nacional	7.857	9.661	11.496	12.211
Material de consumo	3.881	4.483	5.836	5.854
Provisão para obsolescência	<u>(568)</u>	<u>(250)</u>	<u>(1.019)</u>	<u>(545)</u>
	<u>40.406</u>	<u>39.460</u>	<u>59.383</u>	<u>61.442</u>

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
IR/CS - retenções na fonte sobre faturamento	6.911	6.736	10.607	10.376
IR/CS – créd. a recuperar de exercícios anteriores	63.222	42.055	83.861	60.380
PIS/COFINS - retenções na fonte s/ faturamento	19.437	18.916	27.214	25.306
ISS - retenções na fonte s/ faturamento	5.385	5.213	13.653	12.440
INSS a recuperar	6.089	3.442	27.502	23.794
Outros	<u>6.255</u>	<u>5.680</u>	<u>6.859</u>	<u>6.166</u>
	<u>107.299</u>	<u>82.042</u>	<u>169.696</u>	<u>138.462</u>

12 Investimentos

12.1 - Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	29.733	30.969	-	-
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda	85.981	83.019	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife S.A. (CERPE)	33.543	29.370	-	-
CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	47.368	38.459	-	-
CRMI - Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	16.102	10.768	-	-
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	88.079	83.914	-	-
Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	122.884	101.820	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	25.813	23.035	-	-
DASA Finance Corporation	2.795	-	-	-
Dasa Property Participações Ltda.	52	50	-	-
Dasa Nordeste Participações Ltda	51	50	-	-
Dasa Centro Oeste Participações Ltda.	51	50	-	-
Dasa Sudoeste Participações Ltda.	<u>51</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>452.503</u>	<u>401.554</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	<u>624</u>	<u>361</u>	<u>786</u>	<u>516</u>
	<u>453.127</u>	<u>401.915</u>	<u>786</u>	<u>516</u>

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas/ações do capital social	Quantidade de ações/quotas possuídas	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo)	Resultado do exercício
DASA Real Estate	31/12/2013	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	29.733	(836)
	31/12/2012	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	30.969	9.170
CientíficaLab (b)	31/12/2013	70.676.629	53.676.628	75,95	70.677	85.981	(12.536)
	31/12/2012	27.176.629	27.176.628	99,99	38.177	83.019	(13.588)
DASA Finance (a)	31/12/2013	50.000	50.000	100	41.123	2.795	(12.117)
	31/12/2012	50.000	50.000	100	80	(26.130)	(4.219)
CERPE	31/12/2013	122.024	120.804	99,00	122	33.543	4.544
	31/12/2012	122.024	120.804	99,00	122	29.370	(2.467)
CDPI	31/12/2013	1.834.280	1.834.279	99,99	18.343	47.368	8.909
	31/12/2012	1.834.280	1.834.279	99,99	18.343	38.459	7.391
CRMI	31/12/2013	2.508.000	2.507.999	99,99	2.508	16.102	5.694
	31/12/2012	2.508.000	2.507.999	99,99	2.508	10.768	2.556
Pro Echo	31/12/2013	131.483.058	91.483.058	69,58	131.483	126.587	4.165
	31/12/2012	131.483.058	91.483.058	69,58	131.483	120.428	179
Lab. Méd. Dr. Sérgio Franco	31/12/2013	63.902.082	63.902.081	99,99	63.902	122.884	69.183
	31/12/2012	63.902.082	63.902.081	99,99	63.902	101.820	71.257
Previlab	31/12/2013	23.113.314	23.009.743	99,56	23.113	25.813	2.779
	31/12/2012	23.113.314	23.009.743	99,56	21.198	23.035	-
Dasa Property Part.	31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	52	2
	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
Dasa Nordeste Part.	31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	51	1
	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
Dasa Centro Oeste Part.	31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	51	1
	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
Dasa Sudoeste Part.	31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	51	1
	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-

(a) Em 31 de dezembro de 2012 a participação na DASA Finance estava classificada no passivo circulante, na controladora, por apresentar patrimônio líquido negativo, a partir do quarto trimestre de 2013, com os aumentos de capital, foi reclassificado para investimento por passar a ter o patrimônio líquido positivo.

12.2 - Movimentações dos investimentos

	Saldo em 31/12/12	Aumento de capital	Dividen- dos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/13
DASA Real Estate	30.969	-	(400)	(836)	29.733
CientíficaLab	83.019	15.500	(b) -	(12.538)	85.981
CERPE	29.370	-	(371)	4.544	33.543
CDPI	38.459	-	-	8.909	47.368
CRMI	10.768	-	(360)	5.694	16.102
Pro Echo	83.914	-	-	4.165	88.079
Lab. Méd. Dr. Sérgio Franco	101.820	-	(48.120)	69.184	122.884
Previlab	23.035	-	-	2.778	25.813
Dasa Property Part.	50	-	-	2	52
Dasa Nordeste Part.	50	-	-	1	51
Dasa Centro Oeste Part.	50	-	-	1	51
Dasa Sudoeste Part.	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>51</u>
	<u>401.554</u>	<u>15.500</u>	<u>(49.251)</u>	<u>81.905</u>	<u>449.708</u>
DASA Finance (Patrimônio líquido negativo) Investimentos	<u>(26.130)</u>	41.043	-	(12.118)	2.795
	<u>375.424</u>	<u>56.543</u>	<u>(49.251)</u>	<u>69.787</u>	<u>452.503</u>

(b) Conforme instrumentos particulares de alteração e consolidação do contrato social registrados na JUCESP em 07 de janeiro e 04 de junho de 2013, a Companhia aumentou o capital social da controlada CientíficaLab nos montantes de R\$ 11.500 e R\$ 4.000, respectivamente. A sócia DASA Real Estate aumentou o capital social da CientíficaLab no montante de R\$ 17.000, conforme instrumento registrado em 04 de junho de 2013. Após as respectivas integralizações as participações no capital social da controlada CientíficaLab passaram a ser de R\$ 53.677 (75,95%) da Companhia e R\$ 17.000 (24,05%) da controlada DASA Real Estate.

13 Imobilizado

Controladora					
	Taxa média Depreciação	31/12/13		31/12/12	
		% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	4,00	1.426	(850)	576	312
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,80	344.738	(202.977)	141.761	145.515
Aparelhos e equipamentos	7,05	357.011	(163.906)	193.105	252.109
Móveis e utensílios	10,12	51.900	(23.374)	28.526	27.518
Instalações	8,37	27.596	(10.225)	17.371	20.726
Equipamentos de informática	10,69	120.717	(67.964)	52.753	60.354
Veículos	19,17	4.112	(3.277)	835	594
Biblioteca	7,48	117	(96)	21	32
Terrenos	-	180	-	180	180
Imobilizações em andamento	-	<u>107.954</u>	<u>-</u>	<u>107.954</u>	<u>32.468</u>
		<u>1.015.751</u>	<u>(472.669)</u>	<u>543.082</u>	<u>539.808</u>

Consolidado					
	Taxa média Depreciação	31/12/13		31/12/12	
		% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	4,00	5.166	(1.918)	3.248	3.128
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,14	422.952	(226.942)	196.010	198.178
Aparelhos e equipamentos	6,17	467.377	(207.224)	260.153	319.432
Móveis e utensílios	9,21	65.332	(27.832)	37.500	40.224
Instalações	11,52	53.383	(17.053)	36.330	31.877
Equipamentos de informática	11,24	135.714	(77.735)	57.979	65.132
Veículos	19,55	6.156	(5.178)	978	839
Biblioteca	5,15	203	(127)	76	41
Terrenos	-	6.574	-	6.574	6.574
Imobilizações em andamento	-	<u>121.332</u>	<u>-</u>	<u>121.332</u>	<u>51.049</u>
		<u>1.284.189</u>	<u>(564.009)</u>	<u>720.180</u>	<u>716.474</u>

Movimentação do custo

Controladora						
Movimento do exercício						
	31/12/12 Ajustado (a)	Adições	Baixas	Transf.(b)	Reclassifi- cações (c)	31/12/13
Imóveis	824	-	-	-	602	1.426
Benfeitorias em imóveis de terceiros	370.096	20.109	(1.260)	12.826	(57.033)	344.738
Aparelhos e equipamentos	335.624	34.146	(16.824)	6.305	(2.240)	357.011
Móveis e utensílios	39.211	3.593	(357)	132	9.321	51.900
Instalações	29.617	6.565	-	1.006	(9.592)	27.596
Equipamentos de informática	103.448	20.802	(1.382)	1.914	(4.065)	120.717
Veículos	3.822	336	(174)	-	128	4.112
Biblioteca	147	-	-	-	(30)	117
Terrenos	180	-	-	-	-	180
Imobilizações em andamento	<u>32.468</u>	<u>12.657</u>	<u>(613)</u>	<u>(23.661)</u>	<u>87.103</u>	<u>107.954</u>
	<u>915.437</u>	<u>98.208</u>	<u>(20.610)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>24.194</u>	<u>1.015.751</u>

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/12 Ajustado (a)	Adições	Baixas	Transf. (b)	Reclassifi- cações (c)	31/12/13
Imóveis	4.564	-	-	-	602	5.166
Benfeitorias em imóveis de terceiros	451.728	21.408	(1.260)	13.535	(62.459)	422.952
Aparelhos e equipamentos	440.573	39.764	(17.435)	14.016	(9.541)	467.377
Móveis e utensílios	54.459	4.038	(389)	470	6.754	65.332
Instalações	50.143	8.674	(1)	706	(6.139)	53.383
Equipamentos de informática	105.857	22.456	(1.490)	1.744	7.147	135.714
Veículos	5.954	333	(752)	128	493	6.156
Biblioteca	233	-	-	-	(30)	203
Terrenos	6.574	-	-	-	-	6.574
Imobilizações em andamento	<u>51.049</u>	<u>17.787</u>	<u>(615)</u>	<u>(30.838)</u>	<u>83.949</u>	<u>121.332</u>
	<u>1.171.134</u>	<u>114.460</u>	<u>(21.942)</u>	<u>(239)</u>	<u>20.776</u>	<u>1.284.189</u>

- (a) Para melhor apresentação, a depreciação acumulada de alguns itens do ativo imobilizado foi compensada com o próprio custo desses itens, para refletir o custo atribuído adotado quando da implementação do IFRS e CPC's.
- (b) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período pré-operacional de determinados estabelecimentos, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível no início das atividades operacionais.

Movimentação da depreciação acumulada

Controladora					
Movimento do exercício					
	31/12/12			Reclassifi- cações	
	Ajustado (a)	Adições	Baixas	(c)	31/12/13
Imóveis	(512)	(54)	-	(284)	(850)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(224.581)	(26.960)	10	48.554	(202.977)
Aparelhos e equipamentos	(83.515)	(45.460)	7.866	(42.797)	(163.906)
Móveis e utensílios	(11.693)	(285)	194	(11.590)	(23.374)
Instalações	(8.891)	(1.682)	-	348	(10.225)
Equipamentos de informática	(43.094)	(17.767)	1.171	(8.274)	(67.964)
Veículos	(3.228)	(337)	169	119	(3.277)
Biblioteca	<u>(115)</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>(96)</u>
	<u>(375.629)</u>	<u>(92.551)</u>	<u>9.410</u>	<u>(13.899)</u>	<u>(472.669)</u>

Consolidado					
Movimento do exercício					
	31/12/12			Reclassifi- cações	
	Ajustado (a)	Adições	Baixas	Transf. (b)	31/12/13
Imóveis	(1.436)	(203)	-	-	(1.918)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(253.550)	(34.578)	8	-	(226.942)
Aparelhos e equipamentos	(121.141)	(60.439)	8.244	(419)	(207.224)
Móveis e utensílios	(14.235)	(1.099)	208	(338)	(27.832)
Instalações	(18.266)	(3.960)	-	(20)	(17.053)
Equipamentos de informática	(40.725)	(20.259)	1.206	(498)	(77.735)
Veículos	(5.115)	(423)	720	(128)	(5.178)
Biblioteca	<u>(192)</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(127)</u>
	<u>(454.660)</u>	<u>(120.975)</u>	<u>10.386</u>	<u>(1.403)</u>	<u>(564.009)</u>

- (a) Para melhor apresentação, a depreciação acumulada de alguns itens do ativo imobilizado foi compensada com o próprio custo desses itens, para refletir o custo atribuído adotado quando da implementação do IFRS e CPC's.
- (b) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período pré-operacional de determinados estabelecimentos, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível no início das atividades operacionais.

(c) Reclassificações

Os impactos aqui refletidos referem-se ao resultado de processo de melhoria de controles internos no qual a Companhia revisou e efetuou um inventário físico em substancialmente toda base de dados de itens que compõe o ativo imobilizado e intangível (Controladora e Consolidado). Este processo resultou na reclassificação do custo de determinados itens entre contas do ativo permanente e consequentemente na revisão da depreciação acumulada destes itens por conta de taxas de depreciação diferenciadas de acordo com a natureza de cada bem. O impacto desta revisão efetuada no imobilizado na controladora corresponde a R\$ 24.194 no custo e R\$ (13.899) na depreciação acumulada, e, no intangível R\$ (21.431) no custo e R\$ 7.650 na amortização acumulada, resultando em efeito líquido no LAIR de R\$ (3.486) e no consolidado corresponde a R\$ 20.776 no custo e R\$ 2.643 na depreciação acumulada, e, no intangível R\$ (21.917) no custo e R\$ 7.805 na amortização acumulada, resultando em efeito líquido no LAIR de R\$ 9.307. Como parte do processo de melhoria dos controles internos, a Companhia completara o procedimento de inventário físico do grupo de máquinas e equipamentos e móveis e utensílios em 2014.

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

14 Intangível

Taxa média Amortização		Controladora					
		31/12/13			31/12/12		
		% a.a.	Custo	Amorti- zação acumulada	Líquido	Custo	Amorti- zação acumulada
Aquisição de participação - Ágio		<u>2.116.170</u>	<u>(141.766)</u>	<u>1.974.404</u>	<u>2.128.232</u>	<u>(153.831)</u>	<u>1.974.401</u>
Outros Intangíveis							
Sistemas de informática	20	151.836	(97.167)	54.669	142.380	(85.444)	56.936
Direito de uso de área comercial	20	1.203	(592)	611	1.203	(537)	666
Outros ativos intangíveis	20	12.628	(4.249)	8.379	12.628	(3.622)	9.006
Projeto de implantação de sistemas	20	12.293	(12.293)	-	12.293	(12.293)	-
Desenvolvimento de projetos	33	10.259	(10.166)	93	10.259	(10.166)	93
Marcas	3,3	236.037	(23.360)	212.677	236.037	(15.300)	220.737
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	10	9.403	(4.704)	4.699	9.403	(3.767)	5.636
Relacionamento com Hospitais	5	<u>35.748</u>	<u>(6.001)</u>	<u>29.747</u>	<u>35.748</u>	<u>(4.188)</u>	<u>31.560</u>
		<u>469.407</u>	<u>(158.532)</u>	<u>310.875</u>	<u>459.951</u>	<u>(135.317)</u>	<u>324.634</u>
		<u>2.585.577</u>	<u>(300.298)</u>	<u>2.285.279</u>	<u>2.588.183</u>	<u>(289.148)</u>	<u>2.299.035</u>
Taxa média Amortização		Consolidado					
		31/12/13			31/12/12		
		% a.a.	Custo	Amorti- zação acumulada	Líquido	Custo	Amorti- zação acumulada
Aquisição de participação – Ágio		<u>2.253.591</u>	<u>(251.619)</u>	<u>2.001.972</u>	<u>2.206.183</u>	<u>(205.309)</u>	<u>2.000.874</u>
Outros Intangíveis							
Sistemas de informática	20	157.519	(100.800)	56.719	147.885	(88.254)	59.631
Direito de uso de área comercial	20	1.203	(592)	611	1.359	(612)	747
Outros ativos intangíveis	20	13.978	(4.272)	9.706	14.018	(3.634)	10.384
Projeto de implantação de sistemas	20	12.293	(12.293)	-	12.293	(12.293)	-
Desenvolvimento de projetos	33	10.267	(10.169)	98	10.267	(10.210)	57
Marcas	3,3	250.567	(24.970)	225.597	251.663	(16.441)	235.222
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	10	9.403	(4.707)	4.696	9.403	(3.767)	5.636
Relacionamento com Hospitais	5	<u>40.488</u>	<u>(8.185)</u>	<u>32.303</u>	<u>40.488</u>	<u>(5.597)</u>	<u>34.891</u>
		<u>495.718</u>	<u>(165.988)</u>	<u>329.730</u>	<u>487.376</u>	<u>(140.808)</u>	<u>346.568</u>
		<u>2.749.309</u>	<u>(417.607)</u>	<u>2.331.702</u>	<u>2.693.559</u>	<u>(346.117)</u>	<u>2.347.442</u>

Movimentação do custo

Controladora					
	Movimento do exercício				31/12/13
	31/12/12	Adições	Transferência (a)	Reclassificações (b)	
Aquisição de participação – Ágio	<u>2.116.170</u>	-	-	-	<u>2.116.170</u>
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	142.384	29.405	1.478	(21.431)	151.836
Direito de uso de área comercial	1.203	-	-	-	1.203
Outros ativos intangíveis	12.628	-	-	-	12.628
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-	12.293
Desenvolvimento de projetos	10.259	-	-	-	10.259
Marcas	236.037	-	-	-	236.037
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	9.403	-	-	-	9.403
Relacionamentos com Hospitais	<u>35.748</u>	-	-	-	<u>35.748</u>
	<u>459.955</u>	<u>29.405</u>	<u>1.478</u>	<u>(21.431)</u>	<u>469.407</u>
	<u>2.576.125</u>	<u>29.405</u>	<u>1.478</u>	<u>(21.431)</u>	<u>2.585.577</u>
Consolidado					
	Movimento do exercício				31/12/13
	31/12/12	Adições	Transferência (a)	Reclassificações (b)	
Aquisição de participação – Ágio	<u>2.253.591</u>	-	-	-	<u>2.253.591</u>
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	147.937	29.858	1.641	(21.917)	157.519
Direito de uso de área comercial	1.203	-	-	-	1.203
Outros ativos intangíveis	13.978	-	-	-	13.978
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-	12.293
Desenvolvimento de projetos	10.267	-	-	-	10.267
Marcas	250.567	-	-	-	250.567
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	9.403	-	-	-	9.403
Relacionamentos com Hospitais	<u>40.488</u>	-	-	-	<u>40.488</u>
	<u>486.136</u>	<u>29.858</u>	<u>1.641</u>	<u>(21.917)</u>	<u>495.718</u>
	<u>2.739.727</u>	<u>29.858</u>	<u>1.641</u>	<u>(21.917)</u>	<u>2.749.309</u>

- (a) Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período pré-operacional de determinados estabelecimentos, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível no início das atividades operacionais.

Movimentação da amortização acumulada

	Controladora		
	Movimento do exercício		31/12/13
	31/12/12	Adições	
Aquisição de participação – Ágio	(141.766)	-	(141.766)
Outros Intangíveis			
Sistemas de informática	(85.449)	(19.368)	7.650
Direito de uso de área comercial	(520)	(72)	-
Outros ativos intangíveis	(3.390)	(859)	-
Projeto de implantação de sistemas	(12.293)	-	-
Desenvolvimento de projetos	(10.073)	(93)	-
Marcas	(15.644)	(7.716)	-
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	(3.767)	(937)	-
Relacionamentos com Hospitais	(4.188)	(1.813)	-
	(135.324)	(30.858)	7.650
	(277.090)	(30.858)	7.650

	Consolidado		
	Movimento do exercício		31/12/13
	31/12/12	Adições	Reclassificações (b)
Aquisição de participação – Ágio	<u>(251.619)</u>	-	-
Outros Intangíveis			
Sistemas de informática	(88.317)	(20.288)	7.805
Direito de uso de área comercial	(520)	(72)	-
Outros ativos intangíveis	(3.397)	(875)	-
Projeto de implantação de sistemas	(12.293)	-	-
Desenvolvimento de projetos	(10.112)	(57)	-
Marcas	(16.663)	(8.307)	-
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	(3.767)	(940)	-
Relacionamentos com Hospitais	<u>(5.597)</u>	<u>(2.588)</u>	-
	<u>(140.666)</u>	<u>(33.127)</u>	<u>7.805</u>
	<u>(392.285)</u>	<u>(33.127)</u>	<u>7.805</u>
			<u>(417.607)</u>

(b) Reclassificações

Os impactos aqui refletidos referem-se ao resultado de processo de melhoria de controles internos no qual a Companhia revisou e efetuou um inventário físico em substancialmente toda base de dados de itens que compõe o ativo imobilizado e intangível (Controladora e Consolidado). Este processo resultou na reclassificação do custo de determinados itens entre contas do ativo permanente e consequentemente na revisão da depreciação acumulada destes itens por conta de taxas de depreciação diferenciadas de acordo com a natureza de cada bem. O impacto desta revisão efetuada no imobilizado na controladora corresponde a R\$ 24.194 no custo e R\$ (13.899) na depreciação acumulada, e, no intangível R\$ (21.431) no custo e R\$ 7.650 na amortização acumulada, resultando em efeito líquido no LAIR de R\$ (3.486) e no consolidado corresponde a R\$ 20.776 no custo e R\$ 2.643 na depreciação acumulada, e, no intangível R\$ (21.917) no custo e R\$ 7.805 na amortização acumulada, resultando em efeito líquido no LAIR de R\$ 9.307. Como parte do processo de melhoria dos controles internos, a Companhia completara o procedimento de inventário físico do grupo de máquinas e equipamentos e móveis e utensílios em 2014.

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

15 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Fornecedores nacionais	45.513	53.460	64.977	83.138
Fornecedores estrangeiros	<u>291</u>	<u>1.254</u>	<u>502</u>	<u>1.291</u>
	<u>45.804</u>	<u>54.714</u>	<u>65.479</u>	<u>84.429</u>

16 Empréstimos e financiamentos

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Modalidade	Encargos médios	Venci-mento final	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
<u>Moeda nacional</u>						
Banco HSBC	113,0% do CDI	25/03/2013	-	1.251	-	1.251
Banco do Brasil (a) (iii)	111,0% do CDI	01/06/2015	-	-	23.884	28.669
BNDES (ii) e (iii)	TJLP + 5,8% a.a.	15/05/2016	-	-	-	3.117
Diversos bancos	115,0% do CDI	29/11/2012	-	-	-	70
Leasing financeiro – Diversos bancos – Nota 28 (i), (ii) e (iii)	CDI + 2,85% a.a.	26/10/2015	<u>2</u>	<u>8.246</u>	<u>11.101</u>	<u>30.801</u>
			2	9.497	34.985	63.908
<u>Moeda estrangeira</u>						
Financiamentos de Equipamentos (i), (ii) e (iii)	7,10% a.a.	01/12/2016	-	-	2.808	3.862
Leasing financeiro – Diversos bancos – Nota 28 (ii) e (iii)	6,30% a.a.	23/03/2016	8.429	18.655	10.033	21.387
Banco Credit Agricole (b) (iii) (iv)	1,32% a.a.	20/08/2014	-	-	70.623	-
Notas (Senior Notes) (c) (iii)	8,75% a.a.	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.652</u>
			8.429	18.655	83.464	84.901
Custo da transação – emissão de notas (d)			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.412)</u>
			8.431	28.152	118.449	147.397
Passivo circulante			<u>(6.628)</u>	<u>(16.840)</u>	<u>(100.942)</u>	<u>(44.520)</u>
Passivo não circulante			<u>1.803</u>	<u>11.312</u>	<u>17.507</u>	<u>102.877</u>

A Companhia não possui risco de refinanciamento a curto prazo.

Empresas garantidoras:

- (i) DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- (ii) Nota Promissória de 125% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (iii) Diagnósticos da América S.A.
- (iv) Aplicação financeira em garantia são títulos de empresas públicas e privadas adquiridos pela controlada DASA Finance Corporation

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

- (a) Refere-se a captação de recursos para capital de giro nas controladas Sérgio Franco, CDPI e CRMI.
- (b) Refere-se a operação de empréstimo na controlada DASA Finance Corporation que teve como a finalidade o exercício da opção de compra da totalidade das notas de emissão da DASA Finance que possuíam vencimento em 2018 (8.75% Senior Notes due 2018).
- (c) Em reunião realizada em 04 de abril de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização por sua subsidiária integral, Dasa Finance Corporation, do exercício do seu direito de adquirir as notas de emissão remanescentes da aquisição anunciada em 11 de novembro de 2010 e concluída em 16 de dezembro de 2010, e adicionalmente autorizou a administração a adotar todas as providências no sentido de viabilizar instrumentos de captação que proporcione uma melhora no perfil do endividamento da Companhia.

O pagamento dos valores devidos aos titulares das Notas que aderiram à oferta de aquisição foi realizado no dia 30 de agosto de 2013 e incluiu o prêmio de 4,875% conforme a escritura de emissão. Com a aquisição, a Companhia informa que não há Notas remanescentes a serem adquiridas.

- (d) O montante dos custos de transação foi apropriado no resultado na data da recompra das Notas.

Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	1.729	16.303
2016	<u>74</u>	<u>1.204</u>
	<u>1.803</u>	<u>17.507</u>

A Companhia concedeu avais para as suas controladas conforme apresentado abaixo:

CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda	Banco ABC Brasil	4.521
	General Eletric	722
	Banco Itaú S.A.	1.985
	Banco do Brasil	5.000
	Santander	2.043
CientificaLab Produtos Lab. e Sistemas Ltda.	Banco Pottencial	2.221
DASA Finance Corporation	Banco do Brasil	55.051
Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	Banco Itaú S.A.	25.000
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	Banco Itaú S.A.	1.099
CRMI - Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	Banco do Brasil	4.000
	Banco Itaú S.A.	<u>2.014</u>
		<u>103.656</u>

17 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Debêntures não conversíveis	1.337.500	950.000
Juros remuneratórios	<u>26.160</u>	<u>13.239</u>
	<u>1.363.660</u>	<u>963.239</u>
Custo de transação	<u>(6.934)</u>	<u>(4.255)</u>
	<u>1.356.726</u>	<u>958.984</u>
Circulante	<u>(319.912)</u>	<u>(74.485)</u>
Não circulante	<u>1.036.814</u>	<u>884.499</u>

As Debêntures tem o seguinte prazo para amortização do valor principal da 2ª, 3ª e 4ª Emissão:

29/04/2014	233.333
25/10/2014	62.500
29/04/2015	233.333
25/10/2015	62.500
29/04/2016	233.334
25/10/2016	62.500
17/10/2017	225.000
17/10/2018	<u>225.000</u>
	<u>1.337.500</u>

2ª Emissão

Em reunião realizada em 16 de março de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a captação de recursos mediante a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, para distribuição pública no valor total de até R\$ 810.000 com regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 16 de maio de 2011, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 11 de maio de 2011, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da segunda emissão da DASA. Foram subscritas 70.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados da data de emissão no valor total de R\$ 700.000. As Debêntures contam com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa correspondente a 1,40%. Sendo a data de emissão o dia 29 de abril de 2011, o valor nominal unitário de cada debênture será pago em 3 parcelas anuais e sucessivas, a partir do 36º mês a contar da data de emissão. O pagamento dos juros remuneratórios é semestral, ocorrendo no dia 1º dos meses de abril e outubro, e o débito na conta corrente da Companhia ocorre um dia antes do vencimento.

3ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da terceira emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 25.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 250.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 01 de novembro de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 31 de outubro de 2012, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da terceira emissão da DASA. Foram subscritas 25.000 Debêntures, com prazo de 4 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 250.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

O valor nominal unitário será amortizado em 4 parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. Três parcelas, cada uma no valor correspondente a 25% do valor nominal unitário de cada Debêntures, devidas em 25 de outubro de 2013, 25 de outubro de 2014 e 25 de outubro de 2015; e
- II. Uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures, devida em 25 de outubro de 2016.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 31 de outubro de 2012 no montante de R\$ R\$ 250.304 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados (i) para o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia; e (ii) o saldo para reforço do capital de giro da Companhia.

4ª Emissão

Em 13 de setembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da quarta emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 45.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 450.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 18 de outubro de 2013 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 17 de outubro de 2013, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da quarta emissão da Companhia. Foram subscritas 45.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 450.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, no 48º e 60º mês, contado a partir da data de emissão das debêntures.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 16 de outubro de 2013 no montante de R\$ R\$ 450.000 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme Nota Explicativa nº 26. No final do exercício de 2013 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais conforme segue:

Indicador	Condição contratual (a)	Condição em 31/12/13	Condição em 31/12/12
<i>EBITDA</i>		443.594	407.577
Resultado Financeiro		86.584	113.692
Dívida Líquida		866.209	847.142
1- Dívida Líquida / <i>EBITDA</i> - índice máximo			
2ª Emissão	2,50	1,95	2,08
3ª Emissão	3,00	1,95	2,08
4ª Emissão	3,00	1,95	-
2- <i>EBITDA</i> / Resultado Financeiro - índice mínimo			
2ª Emissão	2,00	5,12	3,58
3ª Emissão	2,00	5,12	3,58
4ª Emissão	2,00	5,12	-

(a) A Companhia será considerada em não conformidade com essa condição caso extrapole esses limites por dois trimestres consecutivos.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Salários a pagar	14.320	11.905	19.509	16.598
Encargos sociais a pagar	12.096	10.963	16.170	14.991
Provisão para férias e encargos sociais	38.134	36.184	51.029	48.366
Provisão para participações nos lucros e resultados	14.920	-	14.920	-
Outros	<u>1.800</u>	<u>357</u>	<u>2.031</u>	<u>1.236</u>
	<u>81.270</u>	<u>59.409</u>	<u>103.659</u>	<u>81.191</u>

19 Impostos parcelados

	Término da amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Programa PAES (a)	2013	-	1.155	-	1.155
REFIS IV – Federal (b)	2020	9.678	10.113	18.853	21.208
ICMS – RJ (c)		-	-	5.102	5.103
ISS – CERPE (d)		-	-	2.848	2.429
Outros		<u>860</u>	<u>1.124</u>	<u>2.382</u>	<u>2.935</u>
		<u>10.538</u>	<u>12.392</u>	<u>29.185</u>	<u>32.830</u>
Circulante		<u>(1.108)</u>	<u>(2.370)</u>	<u>(4.293)</u>	<u>(4.820)</u>
Não circulante		<u>9.430</u>	<u>10.022</u>	<u>24.892</u>	<u>28.010</u>

(a) Programa PAES

Em 29 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao Programa PAES (Lei nº 10.684), declarando os débitos tributários relativos ao PIS e a COFINS que estavam sendo discutidos judicialmente. O montante da dívida consolidada havia sido dividido em 120 parcelas mensais, utilizando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como índice de atualização, de modo que as amortizações ocorreram até junho de 2013. Em março de 2013 a Companhia registrou um complemento no montante de R\$ 2.767 de modo a refletir o saldo a pagar no PAES existente no extrato disponibilizado pela Receita Federal do Brasil. Desse montante, R\$ 1.743, registrado na rubrica de despesas gerais e administrativas, refere-se a (i) débitos dos exercícios de 1998 a 2001 de empresas incorporadas pela Companhia (Bronstein, Lâmina e Lavoisier), e (ii) multa de mora reduzida em 50%, anteriormente discutida pela Companhia a inconstitucionalidade da cobrança, sobre os débitos tributários relativos ao PIS devido pela Companhia e a COFINS devido pela empresa incorporada (Lâmina), e R\$ 1.024, registrado na rubrica de despesas financeiras, refere-se a juros atualizados pela TJLP sobre tais débitos consolidados pela Companhia em março de 2013. Tendo em vista o pagamento do saldo final em 30 de junho de 2013, não há mais valores registrados no passivo com relação a tal parcelamento especial.

(b) REFIS IV – Parcelamento especial de débitos federais - Lei 11.941/09

Com a edição da Lei nº 11.941/09 foi instituído um novo programa de parcelamento especial (REFIS IV) que abrange os débitos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional- PGFN e Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive os que tenham sido objeto de parcelamento anterior. Considerando as condições favoráveis deste novo programa, a Companhia aderiu ao parcelamento em 27 de novembro de 2009, efetuando o recolhimento da primeira parcela nas condições previstas em lei, e, mensalmente, recolhendo parcelas mínimas até que a consolidação do débito fosse efetivada. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 9.678 (R\$

10.113 em 31 de dezembro de 2012) na controladora, e R\$ 18.853 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 21.208 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

A Companhia também incluiu no programa de parcelamento débitos tributários de responsabilidade dos antigos sócios/quotistas de sociedades adquiridas. Estes débitos ainda não foram registrados na rubrica de impostos parcelados em razão de não haver sido concluído o processo de revisão com os antigos sócios/quotistas, que resultará no resgate, proporcional aos débitos assumidos pela antiga gestão, das aplicações financeiras que garantem o pagamento das obrigações assumidas na aquisição das sociedades, conforme Nota Explicativa nº 8.

O prazo para consolidação dos débitos no parcelamento especial para os grandes contribuintes com acompanhamento diferenciado foi encerrado em 30 de junho de 2011. A Companhia ainda não concluiu a consolidação porque a informação sobre os débitos oriundos de empresas adquiridas pela Companhia, que já foram incorporadas, não estava disponível no sítio da Receita Federal do Brasil durante o período de consolidação. A Companhia, visando garantir o reconhecimento dos débitos das empresas adquiridas no parcelamento, protocolou petições entre os dias 27 e 28 de junho de 2011 junto aos órgãos que administram os débitos objetos do parcelamento, requerendo que referidos débitos constem como parceláveis no sistema E-CAC. A Companhia ainda não obteve resposta às petições protocoladas.

Com o advento da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, foi reaberto, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para adesão ao Refis IV, para débitos nas mesmas condições previstas na lei original, a saber, a Lei nº 11.941/09. Nesse sentido, a Companhia incluiu nessa reabertura alguns débitos tributários de responsabilidade dos antigos sócios/quotistas de sociedades adquiridas, no montante total de R\$ 1.975. Desse valor, R\$ 1.183 referem-se a débitos previdenciários do Laboratório Lavoisier, objeto de Ação Anulatória de Débitos Fiscais, para os quais requereu-se o pagamento por meio de utilização do depósito judicial realizado nos autos da referida Ação. Outros R\$ 642 referem-se a débitos previdenciários da Pro Echo, pagos em 27 de dezembro de 2013 na modalidade à vista, e os restantes R\$ 149 dizem respeito a débitos de Cofins do Cedec, inscritos em dívida ativa, também pagos na modalidade à vista, na data de 30 de dezembro de 2013.

(c) Parcelamento do ICMS - RJ

Parcelamento especial de débitos no Estado do Rio de Janeiro – Lei 6.136 /11

A Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.136/11, regulamentada pelo Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 43.443/12 e pela Resolução Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro nº 3.080/12, criou um programa especial que estabeleceu a exclusão de 100% das multas e de 50% dos juros relativos a débitos inscritos em dívida ativa, autorizando o seu pagamento em até 18 meses, ou, mediante compensação com créditos de precatórios expedidos, no limite de 95% dos débitos.

Considerando essas condições favoráveis, a Companhia, por meio de suas controladas Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda. (CRMI), Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. (Pro Echo) e CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (CDPI), optou por aproveitar os benefícios da Lei, aderindo ao programa em 31/05/2012 e, assim, eliminando as contingências fiscais relativas ao ICMS cobrado sobre importações registradas em contas de provisão (Nota Explicativa nº 21).

As empresas controladas aderiram à modalidade de pagamento mediante a compensação com precatórios, no limite estabelecido na lei, sendo que a CDPI optou também por quitar parte dos seus débitos em 18 meses, cujo saldo foi totalmente quitado no 4º trimestre de 2013 (R\$ 570 em 31 de dezembro de 2012).

Em 1º de junho de 2012 foi efetuado o pagamento integral dos honorários advocatícios relativos aos débitos para os quais optou-se pela compensação com precatórios, em obediência ao art. 34 da Resolução Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro nº 3.080/12. Na mesma data, foi efetuado também o pagamento pela CDPI da 1ª parcela dos débitos para os quais optou-se pela quitação em 18 meses.

A modalidade de compensação por meio de precatórios depende de deferimento do Secretário de Estado da Casa Civil, sendo que, em caso de homologação, deverá ser feito o pagamento em dinheiro de 5% dos débitos anistiados não compensáveis com precatórios, após intimação por parte da PGE (Procuradoria Geral do Estado), sob a pena de nulidade da compensação nos termos do art. 10 da Lei nº 6.136/11. Na ocasião do deferimento é que a Companhia reconhece no resultado o deságio havido na aquisição dos precatórios oferecidos à compensação.

O saldo em aberto dos débitos incluídos no Parcelamento Especial em questão, bem como a abertura de sua forma de quitação – compensação com precatórios ou pagamento em espécie – tem a seguinte composição:

	Total	Precatórios	Em espécie
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda.	3.197	2.945	253

O saldo remanescente do valor nominal líquido do deságio, referente aos precatórios, registrado na rubrica Outros ativos não circulantes, tem a seguinte composição:

	Valor nominal	Deságio	Valor desembolsado
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda.	2.945	(960)	1.985

Parcelamento de débitos no Estado do Rio de Janeiro – Resolução PGE/RJ nº 2.705/09

Adicionalmente ao parcelamento especial de débitos indicado logo acima, a Companhia, em outubro de 2013, por meio de sua controlada CDPI, formalizou um parcelamento ordinário de débitos perante a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no montante total de R\$ 1.985, para quitação em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.905.

(d) Parcelamento de ISS – CERPE

A controlada CERPE, no ano de 2009, optou por usufruir dos benefícios trazidos pela Lei nº 17.384/2007, do Município de Recife/PE. A Referida Lei trouxe, como benefícios, a remissão de 60% do valor de principal, além da remissão total de multas e juros relativos a diversos débitos de ISS que a controlada já possuía em parcelamento especial anterior, também concedido pelo Município de Recife. Além dos benefícios já mencionados, a Lei em questão possibilitou também a quitação em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas, de modo que o parcelamento em questão será totalmente pago em 2029. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.848 (R\$ 2.429 em 31 de dezembro de 2012).

20 Contas a pagar por aquisições de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

			Controladora		Consolidado	
	Atualização	Vencimento	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	05/2016	10.566	11.797	10.566	11.797
Garantida com aplicações financeiras	(a)	11/2016 e 04/2017	<u>26.184</u>	<u>46.803</u>	<u>37.793</u>	<u>57.635</u>
			<u>36.750</u>	<u>58.600</u>	<u>48.359</u>	<u>69.432</u>
Circulante			<u>(1.689)</u>	<u>(1.598)</u>	<u>(1.689)</u>	<u>(1.598)</u>
Não circulante			<u>35.061</u>	<u>57.002</u>	<u>46.670</u>	<u>67.834</u>

(a) Atualizada à taxa média de 102,25% do CDI (102,63% do CDI em 31 de dezembro de 2012) em fundos de renda fixa, e 100,01% do CDI (101,70% do CDI em 31 de dezembro de 2012) em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras, conforme Nota Explicativa nº 8.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2015	15.283	15.283
2016	19.663	27.049
2017 a 2020	<u>115</u>	<u>4.338</u>
Total	<u>35.061</u>	<u>46.670</u>

21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

Controladora				
	31/12/13		31/12/12	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
ICMS sobre importação (a)	4.942	54.696	96.155	51.642
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	6.496	9.677	4.182	9.908
Contingências tributárias (c)	<u>26.056</u>	<u>26.322</u>	<u>28.589</u>	<u>29.567</u>
	<u>37.494</u>	<u>90.695</u>	<u>128.926</u>	<u>91.117</u>

Consolidado				
	31/12/13		31/12/12	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
ICMS sobre importação (a)	4.942	54.696	96.155	51.642
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	6.997	13.121	5.057	9.980
Contingências tributárias (c)	<u>28.506</u>	<u>27.723</u>	<u>31.039</u>	<u>33.652</u>
	<u>40.445</u>	<u>95.540</u>	<u>132.251</u>	<u>95.274</u>

(a) ICMS sobre importação

A Companhia, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, não vinha recolhendo desde fevereiro de 2000 o ICMS na importação de insumos e equipamentos para utilização na prestação de seus serviços, uma vez que se discute se a Companhia é contribuinte do ICMS nessas transações. Para os montantes de ICMS a recolher sobre importações de insumos e equipamentos realizadas até a promulgação da Emenda Constitucional 33 de 11 de dezembro de 2001, os assessores jurídicos externos entendem que as chances de perda são remotas, já para os montantes de ICMS a recolher gerados entre a Emenda Constitucional 33 e a edição da Lei Complementar 114, de 16 de dezembro de 2002, foi atribuído o grau de risco de perda como possível, assim como para as importações de equipamentos realizadas na modalidade de arrendamento mercantil. Por fim, após a edição da Lei Complementar nº 114 de 16 de dezembro de 2002, os advogados externos entendem que as chances de perda são prováveis.

O Decreto do Estado de São Paulo nº 58.811/12 instituiu um programa especial de parcelamento (“PEP do ICMS/SP”), com prazo de adesão até 31 de agosto de 2013, que estabeleceu a exclusão de até 75% das multas e de até 50% dos juros relativos a débitos de ICMS, constituídos ou não, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, relativos a fatos geradores até 31 de julho de 2012, havendo inclusive reduções adicionais de multas nas hipóteses de débitos lavrados em Autos de Infração e Imposição de Multa – AIIM não inscritos em dívida ativa.

Diante dessas condições favoráveis, a Companhia optou por aproveitar os benefícios do PEP do ICMS/SP, aderindo ao programa, em maio de 2013, incluindo os débitos de ICMS incidentes sobre importações diretas de equipamentos e insumos realizadas entre 2007 e 2011, que ainda não haviam sido autuadas e que foram objeto de Mandados de Segurança em trâmite perante a Justiça do Estado de São Paulo. A quitação, à vista, foi efetuada em 22 de maio e em 05 de junho de 2013, no valor total de R\$ 39.398, conforme quadro abaixo:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0046827-27.2011.8.26.0053

<u>DÉBITOS DE ICMS (SEM REDUÇÕES)</u>	<u>REDUÇÕES DO PEP</u>	<u>DÉBITOS APÓS REDUÇÕES DO PEP</u>	<u>PROVISÃO EXISTENTE</u>	<u>GANHO OBTIDO</u>
55.286	(15.888)	39.398	48.726	(9.328)

Dessa forma, tendo em vista que para referidos débitos havia provisão para contingências constituída previamente, no montante de R\$ 48.726, o ganho final obtido pela adesão ao PEP foi de R\$ 9.328, valor este reconhecido na rubrica do resultado financeiro do exercício.

Tendo em vista que foi eleita a modalidade de pagamento à vista, não há mais valores registrados no passivo com relação ao parcelamento especial em questão efetuado para os débitos não autuados de ICMS sobre importação.

Em 23 de agosto de 2013 a Companhia optou por também incluir, no PEP, parte dos débitos de ICMS-Importação objeto do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM nº 3.091.324-0, de 30 de abril de 2008. Referido AIIM contém débitos de ICMS incidentes tanto sobre importações diretas quanto sobre operações de *leasing* internacional, e a opção feita pela Companhia, para fins de adesão ao PEP, foi a de incluir tão-somente os débitos relativos a importações diretas, de modo que os débitos relativos a *leasing* permanecem sob discussão processual administrativa.

A quitação, à vista, foi efetuada em 03 de setembro de 2013, no valor de R\$ 30.104, conforme quadro abaixo:

AIIM Nº 3.091.324-0

<u>DÉBITOS DE ICMS (SEM REDUÇÕES)</u>	<u>REDUÇÕES DO PEP</u>	<u>DÉBITOS APÓS REDUÇÕES DO PEP</u>	<u>PROVISÃO EXISTENTE</u>	<u>GANHO OBTIDO</u>
57.451	(27.348)	30.104	32.788	(2.684)

Dessa forma, tendo em vista que para os débitos relativos ao AIIM nº 3.091.324-0 havia provisão para contingências constituída previamente, no montante de R\$ 32.788, o ganho final obtido pela adesão ao PEP, nesta operação, foi de R\$ 2.684, valor este reconhecido na rubrica do resultado financeiro do exercício.

Uma vez que foi eleita a modalidade de pagamento à vista, não há mais valores registrados no passivo com relação ao parcelamento especial em questão efetuado para os débitos de ICMS sobre importações diretas contidas no AIIM nº 3.091.324-0.

Encerrado, em 31 de agosto de 2013, o prazo legal de opção pelo PEP, o quadro abaixo resume o total das adesões feitas pela Companhia:

TOTAL				
DÉBITOS DE ICMS (SEM REDUÇÕES)	REDUÇÕES DO PEP	DÉBITOS APÓS REDUÇÕES DO PEP	PROVISÃO EXISTENTE	GANHO OBTIDO
112.737	(43.236)	69.502	81.514	(12.012)

Em suma, as adesões ao PEP feitas pela Companhia reduziram a provisão para contingências em R\$ 81.514, gerando um ganho da ordem de R\$ 12.012, valor este reconhecido na rubrica do resultado financeiro do exercício.

Além das adesões ao PEP, a provisão para contingências de ICMS sobre importação foi reduzida, também, em R\$ 11.539, por conta de uma reversão ocorrida em dezembro de 2013. Tal reversão decorre de reavaliação de risco do Auto de Infração e Imposição de Multa (“AIIM”) nº 3.115.710-5, AIIM esse que é objeto de anulação no Mandado de Segurança nº 0018058-20.2011.8.26.0405, em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Osasco. A reavaliação foi efetuada pela Companhia, junto aos seus assessores jurídicos, em consideração ao atual cenário processual do referido Mandado de Segurança, considerada, ainda, a materialidade do direito posto. Do total de R\$ 11.539 revertidos em razão da alteração, R\$ 5.463 afetaram a rubrica de despesas gerais e administrativas, e R\$ 6.076 afetaram as rubricas de resultado financeiro e de depreciação.

Do montante de R\$ 54.696 que representa o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2013 dos valores depositados em juízo (R\$ 51.642 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 53.732 corresponde ao montante atualizado do depósito em juízo realizado em dezembro de 2011 (R\$ 46.849 corresponde ao valor original do depósito) referente aos valores de ICMS cobrados sobre as importações diretas de insumos e equipamentos desembaraçadas no Estado de São Paulo, não autuadas, pleiteando o direito de quitação do imposto por pagamento espontâneo, sem a incidência de multas e com redução de juros, mantendo-se os critérios de apuração dos valores para provisão de perdas. Em razão de a Companhia ter aderido ao PEP, o qual contemplou todos os débitos fiscais garantidos por este depósito, requereu em juízo o levantamento deste montante depositado em juízo.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante provisionado para as importações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2003 é de R\$ 4.942 (R\$ 96.155 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e no consolidado.

(b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia é parte em 1.306 ações trabalhistas (916 em 31 de dezembro de 2012) e em 1.122 ações cíveis administrativas e judiciais (893 em 31 de dezembro de 2012). As provisões de R\$ 6.496 (R\$ 4.182 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$ 6.997 (R\$ 5.057 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas de processos com avaliação de risco provável. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2013 o montante consolidado de R\$ 109.260 (R\$ 78.570 em 31 de dezembro de 2012) referentes a processos classificados pelos seus assessores legais como de perda possível, dos quais R\$ 19.585 se referem a questões cíveis e R\$ 89.675 a questões trabalhistas, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância.

A Companhia também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, num processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500, aplicáveis à operadora de plano de saúde e não à Companhia.

Do montante de R\$ 89.675 correspondente a questões trabalhistas classificadas como de perda possível destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e sua controlada Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. A Companhia está convicta que, pelas suas características específicas, a forma de contratação que vem adotando, além de regular e em estrita observância às disposições legais aplicáveis, tem apoio de precedentes jurisprudenciais favoráveis, em linha com o que tem divulgado e esclarecido no Formulário de Referência nos itens 4.1 e 4.3. Em 29 de outubro de 2012, a Companhia divulgou “Fato Relevante informando que foi citada em referida ação”, em atendimento à Instrução CVM nº 358 de janeiro de 2002. Houve audiência em 20 de fevereiro de 2013 a qual foi adiada e remarcada para 16 de junho de 2014. A avaliação da administração e de seus assessores jurídicos é de que a perda é possível.

(c) Provisões para contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 26.056 (R\$ 28.589 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$ 28.506 (R\$ 31.039 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. Tais questionamentos abrangem, basicamente, as contribuições ao PIS, COFINS, INSS e FGTS. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2013, o montante consolidado de R\$ 265.768 (R\$ 218.210 em 31 de dezembro de 2012), referente a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil

aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 169.170 referente a processos de ICMS sobre importações de equipamentos na modalidade leasing e importações diretas de insumos e equipamentos realizados entre a EC 33(editada em dezembro de 2001) e a Lei Complementar 114 (editada em dezembro de 2002), e, R\$ 96.598 refere-se a outros processos tributários de PIS, COFINS, IRPJ e ISS.

Movimentação das provisões para contingências

	Controladora				
	31/12/12	Movimento do exercício			31/12/13
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização e reversão	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	96.155	-	(93.053)	1.840	4.942
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	4.182	11.951	(9.637)	-	6.496
Provisão para contingências tributárias	<u>28.589</u>	<u>4</u>	<u>(3.172)</u>	<u>635</u>	<u>26.056</u>
	<u>128.926</u>	<u>11.955</u>	<u>(105.862)</u>	<u>2.475</u>	<u>37.494</u>

	Consolidado				
	31/12/12	Movimento do exercício			31/12/13
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização e reversão	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	96.155	-	(93.053)	1.840	4.942
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	5.057	11.951	(10.011)	-	6.997
Provisão para contingências tributárias	<u>31.039</u>	<u>4</u>	<u>(3.172)</u>	<u>635</u>	<u>28.506</u>
	<u>132.251</u>	<u>11.955</u>	<u>(106.236)</u>	<u>2.475</u>	<u>40.445</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 2.234.135, representado por 311.803.015 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, é de 560.000.000 de ações ordinárias.

b. Composição Acionária (informação não auditada)

Controladores, administradores e ações em circulação no mercado

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2013			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Conselho de Administração	7.470.953	2,40%	7.470.953	2,40%
Diretoria	69.866	0,02%	69.866	0,02%
Comitê de Auditoria Estatutário	1	0,00%	1	0,00%
Ações em tesouraria	1.159.035	0,37%	1.159.035	0,37%
Ações em circulação no mercado	303.103.160	97,21%	303.103.160	97,21%
Total de Ações	311.803.015	100,00%	311.803.015	100,00%

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2012			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Conselho de Administração	7.470.957	2,40%	7.470.957	2,40%
Diretoria	49.310	0,01%	49.310	0,01%
Ações em tesouraria	1.159.035	0,37%	1.159.035	0,37%
Ações em circulação no mercado	303.123.713	97,22%	303.123.713	97,22%
Total de Ações	311.803.015	100,00%	311.803.015	100,00%

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

c. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

Descrição da operação	Quantidade de ações (unidade)	Valor	Preço médio por ação
Ações em tesouraria	1.159.035	18.617	16,06

d. Lucro por ações

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	131.301	85.192
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	311.803	311.803
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(1.159)</u>	<u>(1.159)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.644	310.644
Lucro básico por ação - R\$	0,42267	0,27424

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado no item (e) desta nota.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	131.301	85.192
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.644	310.644
Ajuste por opções de compra de ações	<u>319</u>	<u>354</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	310.963	310.998
Lucro diluído por ação - R\$	0,42224	0,27393

e. Pagamento baseado em ações

O Conselho de Administração aprovou em 07 de dezembro de 2010 um novo Plano de outorga de Ações para administradores e empregados da Companhia (“Novo Plano”) e no dia 16 de dezembro de 2010 estabeleceu as principais diretrizes para esse Novo Plano.

O Novo Plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 05 de janeiro de 2011, nesta mesma data, em reunião de Conselho de Administração foi aprovada a outorga de ações no âmbito do Novo Plano e o primeiro programa de outorga de ações que, dentre outras questões, elegeu os beneficiários.

O Conselho de Administração aprovou em 09 de maio de 2011 a eleição dos beneficiários do Novo Plano, e, observados os termos e condições estabelecidos no Primeiro Programa, a Diretoria celebrou os respectivos contratos de outorga de opções de ações com cada um dos beneficiários.

Cada Beneficiário, cumpridas as condições previstas no plano, receberá Opções para aquisição ou subscrição de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, em número correspondente ao percentual de até 250% (duzentos e cinquenta por cento) de Ações Próprias (adquiridas pelos beneficiários), sendo que os percentuais individuais para cada Beneficiário são definidos pelo Conselho de Administração e constam do Contrato celebrado com cada beneficiário.

Além do valor investido pelo Beneficiário para aquisição das Ações Próprias, não será exigida outra contraprestação em dinheiro do Beneficiário para o exercício do benefício, sendo que referido preço está consubstanciado na obrigação do Beneficiário em adquirir e manter as Ações Próprias em carteira (sob sua titularidade) pelo período de 3 (três) anos após a aquisição das mesmas.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Beneficiários, total ou parcialmente, após o decurso de 3 (três) anos completos a contar da data de celebração do Contrato (prazo de *Vesting*).

Respeitado o prazo de *Vesting*, o Beneficiário poderá exercer seu direito, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de término do prazo de *Vesting*, respeitados os requisitos, datas e periodicidades específicas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Opções outorgadas em maio de 2011

No mês de maio de 2011 a Diretoria celebrou contratos de outorga de ações com os Beneficiários do plano. A quantidade de ações outorgadas inicialmente foi de 309.076 ações ON, atualmente são 106.576 (114.775 em 31 de dezembro de 2012) ações ON outorgadas considerando os contratos cancelados e ajustes realizados no plano até 31 de dezembro de 2013, com prazo de *Vesting* até maio de 2014.

O saldo de 31 de dezembro 2013, registrado na rubrica de Opções Outorgadas, no patrimônio líquido, é de R\$ 1.350 (R\$ 814 em 31 de dezembro de 2012), equivalentes a 92.754 (61.660 em 31 de dezembro de 2012) ações ON que correspondem à quantidade total de ações

outorgadas proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados e valorizado pelo valor da ação no fechamento do pregão realizado na BM&FBovespa em 30 de dezembro de 2013, que corresponde a R\$ 14,56:

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	61.660	814
Cancelamentos	(4.701)	(64)
Adições	<u>35.795</u>	<u>600</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>92.754</u>	<u>1.350</u>

Transações de pagamento baseado em ações – junho de 2012

No mês de junho de 2012 a Diretoria celebrou contratos de outorga de opções de ações aos beneficiários do plano. A quantidade de ações outorgadas inicialmente foi de 259.959 ações ON, atualmente são 212.465 (240.216 em 31 de dezembro de 2012) ações ON outorgadas considerando os contratos cancelados até 31 de dezembro de 2013, com prazo de *Vesting* até junho de 2015.

O saldo de 31 de dezembro de 2013, registrado na rubrica de Ações Outorgadas, no patrimônio líquido, é de R\$ 1.567 (R\$ 547 em 31 de dezembro de 2012), equivalentes a 107.592 (41.500 em 31 de dezembro de 2012) ações ON que correspondem à quantidade total de ações outorgadas proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados e valorizado pelo valor da ação no fechamento do pregão realizado na BM&FBovespa em 30 de dezembro de 2013, que corresponde a R\$ 14,56:

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	41.500	547
Cancelamentos	(8.789)	(104)
Adições	<u>74.881</u>	<u>1.124</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>107.592</u>	<u>1.567</u>

f. Dividendos e Juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Lucro líquido do exercício	131.301
Constituição da reserva legal	<u>(6.565)</u>
Base para distribuição de dividendos	124.736
Proposta de dividendos	
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	31.184
Dividendos adicionais propostos	<u>191</u>
Total de dividendos a distribuir	<u><u>31.375</u></u>
Total de dividendos a distribuir por ação	0,101
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2013 (ex-tesouraria)	310.643.980

Orçamento de capital e destinação da reserva de retenção de lucros

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2013, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em 22 de abril de 2013, tendo sido os recursos investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como de orçamento de capital do ano de 2014, a seguir observadas a legislação societária vigente e as disposições constantes de seu estatuto social:

	(informação não auditada)
Aplicações:	em 2014:
Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI	138.595
TI – Modernização, desenvolvimento e manutenção.	50.322
Outros	<u>11.097</u>
Total das aplicações	<u><u>200.014</u></u>
Fontes:	
Reserva de retenção de lucro	93.361
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2014 (não auditado)	<u>106.653</u>
Total das fontes	<u><u>200.014</u></u>

Parte dos recursos necessários para investimentos (conforme demonstrado acima) serão financiados pela geração operacional de caixa durante o ano de 2014. Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados pelo regime do lucro real, exceto para as controladas Imagem e Diagnóstico, Multimagem PET e Multi-Imagem Petrópolis, Dasa Centro Oeste, Dasa Nordeste, Dasa Sudoeste e Dasa Property, nas quais é adotado o regime do lucro presumido.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.974	98.512	202.908	131.259
	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(57.111)	(33.494)	(68.989)	(44.628)
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de Equivalência patrimonial	23.727	24.366	-	-
Juros sobre capital próprio	(1.274)	(3.716)	-	-
Despesas indedutíveis	(1.698)	(609)	(1.840)	(851)
Outros Ajustes				
Resultado de empresa controlada no exterior	-	-	(4.120)	(1.435)
Lucro Presumido	-	-	1.055	(112)
Amortização de ágio sobre incorporação reversa - Dasa Brasil Participações	-	-	1.529	-
Outros	<u>(317)</u>	<u>133</u>	<u>1.039</u>	<u>495</u>
	<u>(36.673)</u>	<u>(13.320)</u>	<u>(71.326)</u>	<u>(46.531)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(37.245)	(36.753)
Impostos diferidos	<u>(36.673)</u>	<u>(13.320)</u>	<u>(34.081)</u>	<u>(9.778)</u>
Total	<u>(36.673)</u>	<u>(13.320)</u>	<u>(71.326)</u>	<u>(46.531)</u>
Alíquota Efetiva	<u>-22%</u>	<u>-14%</u>	<u>-35%</u>	<u>-35%</u>

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2013 e 2012 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanco Patrimonial Controladora		Resultado Controladora
	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Prejuízo fiscal e base negativa	169.286	98.246	71.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	15.748	25.074	(9.326)
Amortização de ágio	-	997	(997)
Provisão serviços médicos especializados	9.820	3.757	6.063
Provisões diversas	5.701	168	5.533
Provisão para contingências	7.767	33.941	(26.174)
Amortização de gastos pré-operacionais	-	329	(329)
Outros	622	514	108
Amortização de ágio	(194.206)	(108.073)	(86.133)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(84.218)	(87.697)	3.479
Revisão da vida útil do imobilizado	(11.870)	(9.154)	(2.716)
Outros	(861)	(3.640)	2.779
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	(82.211)	(45.538)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido			(36.673)
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Passivo fiscal diferido	(82.211)	(45.538)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	(82.211)	(45.538)	
<u>Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido</u>			
	31/12/13		
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(45.538)		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(36.673)		
Outros			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(82.211)		

	Balço Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Prejuízo fiscal e base negativa	208.656	124.801	83.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	22.874	30.884	(8.010)
Amortização de ágio	18.850	28.297	(9.447)
Provisão serviços médicos especializados	12.252	6.339	5.913
Provisões diversas	5.701	214	5.487
Provisão para contingências	8.634	34.935	(26.301)
Amortização de gastos pré-operacionais	-	329	(329)
Outros	773	514	259
	-		
Amortização de ágio	(195.385)	(109.124)	(86.261)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(89.728)	(93.429)	3.701
Revisão da vida útil do imobilizado	(9.144)	(11.040)	1.896
Outros	(7.692)	(2.848)	(4.844)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	(24.209)	9.872	
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido			(34.081)
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Ativo fiscal diferido	58.002	57.002	
Passivo fiscal diferido	(82.211)	(47.130)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	(24.209)	9.872	
<u>Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido</u>	<u>31/12/13</u>		
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	9.872		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(34.081)		
Outros			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(24.209)		

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

Com relação aos tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL consolidadas, a Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 8 (oito) anos, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal acrescido/ (utilizado) anualmente	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Imposto de Renda	7.538	10.413	14.732	20.713	29.826	45.370	24.830	153.422
Contribuição Social	<u>2.713</u>	<u>3.749</u>	<u>5.304</u>	<u>7.457</u>	<u>10.738</u>	<u>16.334</u>	<u>8.939</u>	<u>55.234</u>
	<u>10.251</u>	<u>14.162</u>	<u>20.036</u>	<u>28.170</u>	<u>40.564</u>	<u>61.704</u>	<u>33.769</u>	<u>208.656</u>

24 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo com pessoal	343.310	319.462	481.644	457.661
Custo com material	288.900	268.897	441.346	402.457
Custo com serviços e utilidades	506.902	446.562	663.959	587.135
Custo com depreciações	75.049	71.917	101.238	94.064
Gastos gerais	<u>18.706</u>	<u>17.891</u>	<u>26.450</u>	<u>23.606</u>
	<u>1.232.867</u>	<u>1.124.729</u>	<u>1.714.637</u>	<u>1.564.923</u>

25 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com pessoal	166.713	156.977	226.041	216.154
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	25.340	-	25.340	-
Serviços e utilidades	64.376	71.519	99.026	113.139
Propaganda e publicidade	74	-	76	-
Fretes	226	-	322	-
Depreciações e amortizações	48.360	58.700	52.863	68.306
Impostos e taxas	2.920	1.196	5.694	2.348
(Reversão) / Provisões diversas	(4.617)	3.089	(4.853)	1.039
Despesas gerais	<u>77.613</u>	<u>57.866</u>	<u>97.539</u>	<u>77.746</u>
	<u>381.005</u>	<u>349.347</u>	<u>502.048</u>	<u>478.732</u>

26 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração, comitês institucionais, como o comitê de auditoria, o qual é responsável, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão de riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, avaliações de qualidade e testes conduzidos pela auditoria interna para avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

- Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, através de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado, além de swap de indexador de dólar para CDI.

A Companhia adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos estabelecidos em sua Política Interna para Gestão de Risco de Recursos Financeiros (“Política”), com o intuito de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas consistem no acompanhamento periódico das condições contratadas pela Companhia em comparação às condições vigentes no mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);

b) Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, através da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e através da comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;

c) Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;

d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2013:

Consolidado	Vencimento				
	Operação	2014	2015	2016 a 2017	2018 em diante
Fornecedores	65.479	-	-	-	65.479
Empréstimos bancários e financiamentos	100.942	16.303	1204	-	118.449
Debêntures	319.912	293.752	518.683	224.379	1.356.726
Impostos parcelados	4.293	5.726	3.746	15.420	29.185
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>1.689</u>	<u>15.283</u>	<u>31.387</u>	<u>-</u>	<u>48.359</u>
	<u>492.315</u>	<u>331.064</u>	<u>555.020</u>	<u>239.799</u>	<u>1.618.198</u>

- Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará através do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos na controladora no montante de R\$ 46.318 (R\$ 91.991 em 31 de dezembro de 2012) representativos de 10,62% (20,59% em 31 de dezembro de 2012) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado R\$ 67.486 (R\$ 109.220 em 31 de dezembro de 2012) representativos de 10,56% (17,97% em 31 de dezembro de 2012) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 1.175.059 (R\$ 836.194 em 31 de dezembro de 2012) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao CAE e administração da Companhia.

Gestão de capital

A Companhia monitora o nível de alavancagem financeira, a fim de manter uma estrutura de capital adequada à operação e reduzir o custo do endividamento. O índice de alavancagem utilizado corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido total.

A alavancagem financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	118.449	147.397
Debêntures (a)	1.356.726	958.984
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(107)</u>	<u>1.233</u>
Total da dívida bruta	<u>1.475.068</u>	<u>1.107.614</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante	<u>(608.861)</u>	<u>(260.472)</u>
Dívida líquida	<u>866.207</u>	<u>847.142</u>
Patrimônio líquido	2.708.810	2.607.192
Índice	0,31977	0,32493

(a) Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

A Companhia está sujeita a níveis máximos de endividamento nos termos da Nota Explicativa nº 17.

Instrumento financeiro por categoria

O quadro abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia por categoria. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

Controladora						
Descrição	31/12//13			31/12/12		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	512.755	-	-	199.349	-	-
Depósitos judiciais	90.695	-	-	91.117	-	-
Contas a receber de clientes	-	389.860	-	-	354.812	-
Derivativos	<u>107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativos	<u>603.557</u>	<u>389.860</u>	<u>-</u>	<u>290.466</u>	<u>354.812</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	45.804	-	-	54.714
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	8.431	-	-	28.152
Debêntures	-	-	1.356.726	-	-	958.984
Derivativos	-	-	-	1.233	-	-
Impostos parcelados	-	-	10.538	-	-	12.392
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.600</u>
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.458.249</u>	<u>1.233</u>	<u>-</u>	<u>1.112.842</u>

Consolidado						
Descrição	31/12/13			31/12/12		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	646.654	-	-	318.107	-	-
Depósitos judiciais	95.540	-	-	95.274	-	-
Contas a receber de clientes	-	566.262	-	-	498.455	-
Derivativos	<u>107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativos	<u>742.301</u>	<u>566.262</u>	<u>-</u>	<u>413.381</u>	<u>498.455</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	65.479	-	-	84.429
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	118.449	-	-	147.397
Debêntures	-	-	1.356.726	-	-	958.984
Derivativos	-	-	-	1.233	-	-
Impostos parcelados	-	-	29.185	-	-	32.830
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.359</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.432</u>
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.618.198</u>	<u>1.233</u>	<u>-</u>	<u>1.293.072</u>

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 625.786 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 302.020 em 31 de dezembro de 2012) e instrumentos financeiros derivativos nos valores consolidados de R\$ 107 Ativo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.233 Passivo em 31 de dezembro de 2012).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valores estimados de mercado

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelos sites da BM&FBovespa e ANBIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

b. Instrumentos Derivativos

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são Termo de Moeda a Termo e *swaps* de taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. As premissas utilizadas para os cálculos das pontas Ativas e Passivas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*:

Instrumentos financeiros - Derivativos a receber (Consolidado)

<u>Valor de mercado (Contábil)</u>													
Empresa Estratégia	Indexador Ativo	Ativo	Indexador Passivo	Passivo	Valor justo	Valores marcação a custo	Ganho (perda) na mercado	Moeda/ indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de Negociação	Contra- parte	
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo													
Swap - Hedge Variação Cambial	Dólar	8.655	78,55% do CDI	(8.548)	107	(331)	438	Dólar	04/2010 a 03/2016 *	3.736	Balcão	Banco HSBC	
		<u>8.655</u>		<u>(8.548)</u>	<u>107</u>	<u>(331)</u>	<u>438</u>						
Classificadas no ativo circulante					85								
Classificadas no ativo não circulante					22								
* Vencimento mensal													

* Vencimento mensal

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Derivativos	Risco	Conta contábil	Receita	
			2013	2012
Banco HSBC (SWAP)	Variação cambial Juros Ajuste Valor Justo	Receitas financeiras/ (despesas financeiras)	<u>978</u>	<u>728</u>
			<u>978</u>	<u>728</u>

Análise de sensibilidade de derivativos

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

O valor de mercado foi calculado de acordo com as projeções, na data destas demonstrações financeiras, de cotações futuras do dólar norte-americano obtidas na BM&FBovespa. No caso dos cenários, conforme determinado pela supracitada instrução, foram adicionados os percentuais de estresse nela definidos.

Considerando a manutenção da exposição (nacional) e as variações supracitadas, a simulação dos efeitos da desvalorização do dólar nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para dois cenários distintos seriam:

Contratos		Risco	Exposição	Valor de mercado em 31/12/13	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Contrato de SWAP – HSBC ativa - Variação Cambial	Posição	Queda do Dólar - US\$	<u>3.736</u>	<u>8.655</u>	<u>(2.163)</u>	<u>(4.327)</u>
			<u>3.736</u>	<u>8.655</u>	<u>(2.163)</u>	<u>(4.327)</u>

Variação das taxas de juros

O valor de mercado foi calculado de acordo com as projeções, na data destas demonstrações financeiras, de cotações futuras para cada vencimento de principal e juros obtidas na BM&FBovespa. No caso dos cenários, conforme determinado pela supracitada instrução, foram adicionados os percentuais de estresse nela definidos.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2013 seja mantido, os efeitos do aumento do CDI nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para dois cenários distintos, seriam:

Contratos		Risco	Exposição	Valor de mercado em 31/12/13	Aumento 25%	Aumento 50%
Contrato de SWAP - HSBC Posição passiva – Juros		Aumento do CDI	<u>3.736</u>	<u>(8.548)</u>	<u>23</u>	<u>45</u>
			<u>3.736</u>	<u>(8.548)</u>	<u>23</u>	<u>45</u>

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com base em expectativas divulgadas pelo relatório FOCUS/Bacen de 27/12/2013, foi obtida a projeção para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,47% para o CDI e R\$ 2,40 para a taxa de câmbio (R\$/US\$).

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013.

Operação	Saldo em 31/12/13	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	72.980	Dólar	(1.788)	18.245	36.490
			2,40	1,76	1,17
Aplicação Financeira	515.013	CDI	53.922	40.441	26.961
			10,47%	7,85%	5,24%

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/13	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	1.363.660	CDI	142.775	178.469	214.163
			10,47%	13,09%	15,71%
Capital de giro	23.884	CDI	2.501	3.126	3.751
			10,47%	13,09%	15,71%
Capital de giro	70.623	Dólar	1.730	17.656	35.312
			2,40	2,93	3,51

(a) Taxa sujeita à variação

Valor justo

	Controladora			
	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>ATIVO</u>				
Aplicações Financeiras	497.929	497.929	186.680	186.680
Depósitos judiciais	90.695	90.695	91.117	91.117
Clientes	389.860	389.860	354.812	354.812
Derivativos	107	107	-	-
<u>PASSIVO</u>				
Fornecedores	45.804	45.804	54.714	54.714
Debêntures	1.356.726	1.365.658	958.984	962.649
Derivativos	-	-	1.233	1.233
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	8.431	8.431	28.152	28.152
<u>Consolidado</u>				
	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>ATIVO</u>				
Aplicações Financeiras	625.786	625.786	302.020	302.020
Depósitos judiciais	95.540	95.540	95.347	95.347
Clientes	566.262	566.262	498.455	498.455
Derivativos	107	107	-	-
<u>PASSIVO</u>				
Fornecedores	65.479	65.479	84.429	84.429
Debêntures	1.356.726	1.365.658	958.984	962.649
Derivativos	-	-	1.233	1.233
Empréstimos e financiamentos:				
Empréstimo bancário - Banco do Brasil	23.884	23.954	28.669	28.753
Notas (<i>Senior Notes</i>)	-	-	59.652	64.020
Demais empréstimos bancários	<u>94.565</u>	<u>94.565</u>	<u>59.076</u>	<u>59.076</u>
	<u>118.449</u>	<u>118.519</u>	<u>147.397</u>	<u>151.849</u>

27 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

<u>Saldo no final do exercício</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ativo circulante – Clientes		
CientificaLab	63	3.396
CERPE	78	162
Cytolab		6
Previlab	<u>59</u>	<u>979</u>
	<u>200</u>	<u>4.543</u>
Passivo circulante - Outras contas a pagar		
DASA RE (i)	73	184
Sérgio Franco (ii)	<u>2.687</u>	<u>2.242</u>
	<u>2.760</u>	<u>2.426</u>
 <u>Resultado no exercício</u>	 <u>31/12/13</u>	 <u>31/12/12</u>
Receita de serviços		
CientificaLab	2.128	3.352
CERPE	835	588
Previlab	905	1.750
Cytolab	<u>-</u>	<u>1.215</u>
	<u>3.868</u>	<u>6.905</u>
Custos dos serviços prestados		
DASA RE (i)	1.202	1.797
CientificaLab (ii)	-	99
Sérgio Franco (ii)	<u>24.869</u>	<u>19.961</u>
	<u>26.071</u>	<u>21.857</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	25.000	15.500

c) Remuneração da administração

A remuneração total da administração, incluindo a remuneração fixa e gratificações, foi de R\$ 2.672 no exercício de 2013 e de R\$ 3.041 no exercício de 2012 paga aos membros do Conselho de Administração (contou com 5 membros no exercício de 2013 e 5 membros em 2012), e de R\$ 9.893 no exercício de 2013 e de R\$ 8.896 no exercício de 2012 paga aos diretores estatutários (11 diretores exercício de 2013 e média de 12 no exercício de 2012).

A remuneração baseada em ações está divulgada na Nota Explicativa nº 22 (e). Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

d) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Estes saldos não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

<u>Mutuante</u>	<u>Mutuário</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>
Pro Echo	Sérgio Franco	36.496	33.772	25/10/2016	100% CDI
Pro Echo	CDPI	36.301	22.502	07/11/2017	100% CDI
Pro Echo	Check-Up	4.680	2.829	17/12/2017	CDI + 1,6% a.a.
Pro Echo	Previlab	6.464	5.392	23/09/2017	CDI + 1,6% a.a.
Pro Echo	CientificaLab	-	7.045	08/11/2017	100% CDI
Pro Echo	Multi-Imagem	3.332	2.127	30/05/2017	100% CDI
Pro Echo	CERPE	-	614	26/12/2017	100% CDI
		<u>87.273</u>	<u>74.281</u>		

Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Medparts Participações e Negócios Ltda.:** Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. – CERPE, presta serviço a Companhia, em consultoria regional especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Melania Angelier Cunha Aprilante:** Esposa do Dr. Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietária dos imóveis locados por Previlab, empresa controlada pela Companhia, localizados à:

Rua. Alferes José Caetano, nº 563.	Piracicaba	SP
Rua 15 de novembro, nº 1120.	Capivari	SP
Rua Presidente Roosevelt, nº 755.	Limeira	SP
Av. Brasil, nº 499.	Americana	SP
Rua Acácio do Canto, nº 189.	Piracicaba	SP
Rua Floriano Peixoto, nº 940.	São Pedro	SP

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia, localizado à Rua Alferes Franco, nº 408 – Limeira, SP.

- **A e C Consultores Ltda:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda:** Empresa controlada pelo Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor de radiologia e métodos gráficos da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, para a prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para as controladas: CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda, CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Lockall da Informática e Suprimentos Ltda – ME:** Empresa do esposo de Claudia Cohn diretora da marca Alta, que prestou serviços de infraestrutura para colocação de pontos de televisão a cabo nas unidades de atendimento da Companhia.

- **RMR Ressonância Magnética Ltda:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 33,24% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para as controladas CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda, CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda, que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.

- **DMG Laboratório Médico Ltda:** Empresa franqueada da controlada Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. que tem como sócia-gerente Neusa de Godoy Bueno Joaquim, sogra do diretor financeiro regional da controlada Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., Carlos Fabio Ferreira Xavier. A comissão de franquia é calculada com base na receita do serviço gerada pela DMG, observando a mesma sistemática adotada para as demais empresas franqueadas.

- **Lâmina Laboratório de Patologia Prevenção de Câncer Ltda:** Empresa que tem como sócia Adília Jane de Alcantara Segura diretora médica não estatutária da Companhia, para a prestação de serviços de patologia clínica para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de exames efetivamente produzidos pela Lâmina, observado o valor correspondente para cada tipo de exame, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **ECRD – Serviços Médico de Radiologia Ltda:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para as controladas CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda, CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Petrópolis Ltda

A seguir, valores de serviços prestados pelas empresas acima nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

<u>Contratada</u>	<u>Contratante</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.	Previlab	189	192
A e C Consultoria Ltda.	Previlab	403	392
Pesmed – Pesquisa e Serviços Médicos Ltda.	CDPI	268	303
Pesmed – Pesquisa e Serviços Médicos Ltda.	CRMI	93	96
RMR Ressonância Magnética Ltda.	CDPI	1.472	1.844
RMR Ressonância Magnética Ltda.	CRMI	1.615	1.921
RMR Ressonância Magnética Ltda.	CRMI Caxias	83	77
Medparts Participações e Negócios Ltda.	DASA	250	-
Melania Angelieri Cunha Aprilante	Previlab	265	212
César Antonio Biazio Sanches	Previlab	83	62
Lockall da Informática e Suprimentos Ltda – ME	DASA	35	8
DMG Laboratório Médico Ltda.	Sergio Franco	1.020	923
Ultrascan Serviços de Imagem Ltda.	CRMI Petrópolis	191	100
Laboratórios de Pat. Prev. Câncer Ltda.	DASA	227	180
ECRD - Serviços Médicos de Radiologia Ltda	CDPI	412	-
ECRD - Serviços Médicos de Radiologia Ltda	CRMI	546	-
ECRD - Serviços Médicos de Radiologia Ltda	CRMI Caxias	33	-

28 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

Leasing financeiro nacional

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2015 no montante de R\$ 11.101 no consolidado, sendo, deste montante, R\$ 8.027 classificados no passivo circulante e R\$ 3.074 no passivo não circulante.

O prazo médio dos contratos é de 36 meses e estão vinculados a taxas de juros que variam de CDI + 1,53 % a.a. a CDI + 2,00 % a.a.

Os pagamentos futuros mínimos registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide Nota Explicativa nº 16, estão segregados da seguinte forma:

31/12/13						
Controladora			Consolidado			
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	2	-	2	8.028	171	8.199
De um ano e até cinco anos	-	-	-	3.073	65	3.138
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>11.101</u>	<u>236</u>	<u>11.337</u>

31/12/12						
Controladora			Consolidado			
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	4.205	176	4.381	15.632	653	16.285
De um ano e até cinco anos	4.041	169	4.210	15.169	634	15.803
	<u>8.246</u>	<u>345</u>	<u>8.591</u>	<u>30.801</u>	<u>1.287</u>	<u>32.088</u>

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro nacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Aparelhos e Equipamentos	-	7.560	15.236	20.391
Móveis e utensílios	-	48	-	62
Veículos	-	1	-	42
Equipamentos de Informática	-	694	-	1.052
Instalações	-	70	-	68
Sistema de Informática	-	3	-	30
	<u>-</u>	<u>8.376</u>	<u>15.236</u>	<u>21.645</u>

Leasing financeiro internacional

A Companhia é arrendatária de equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços, conforme contratos de arrendamento mercantil que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. O prazo para pagamento é de 84 meses, e para a primeira parcela foi estabelecida uma carência de 6 meses para o pagamento, e para as demais os pagamentos ocorrerão trimestralmente e semestralmente. As parcelas trimestrais e semestrais fixadas em dólares norte-americanos serão convertidas para reais pela cotação do dólar de mercado na data do pagamento, acrescidos de juros que variam de 7,20% a.a. a 8,35% a.a., totalizando um saldo a pagar até 2016 no montante de R\$ 10.033 sendo deste montante R\$ 7.893 classificados no passivo circulante e R\$ 2.140 no passivo não-circulante.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	31/12/13					
	Controladora			Consolidado		
	Valor Presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	6.626	403	7.029	7.893	480	8.373
De um ano e até cinco anos	<u>1.803</u>	<u>109</u>	<u>1.912</u>	<u>2.140</u>	<u>130</u>	<u>2.270</u>
	<u>8.429</u>	<u>512</u>	<u>8.941</u>	<u>10.033</u>	<u>610</u>	<u>10.643</u>

31/12/12

	Controladora			Consolidado		
	Valor Presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	11.384	747	12.131	12.984	852	13.836
De um ano e até cinco anos	<u>7.271</u>	<u>477</u>	<u>7.748</u>	<u>8.403</u>	<u>552</u>	<u>8.955</u>
	<u>18.655</u>	<u>1.224</u>	<u>19.879</u>	<u>21.387</u>	<u>1.404</u>	<u>22.791</u>

Os contratos de arrendamento financeiro internacionais estão incluídos no ativo imobilizado na rubrica de aparelhos e equipamentos, R\$ 8.002 (R\$ 53.800 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$ 8.687 (R\$ 72.507 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Arrendamento mercantil operacional

Os alugueis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis no consolidado são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12		
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total
Dentro de um ano	100.046	4.123	104.170	105.718	2.228	107.946
Após um ano, mas menos de cinco anos	177.826	7.329	185.155	232.463	4.884	237.347
Mais de cinco anos	<u>98.812</u>	<u>270</u>	<u>99.082</u>	<u>87.367</u>	<u>2.515</u>	<u>89.882</u>
	<u>376.684</u>	<u>11.722</u>	<u>388.406</u>	<u>425.548</u>	<u>9.627</u>	<u>435.175</u>

29 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas líquidas e descontos comerciais apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta	1.968.422	1.767.938	2.744.415	2.489.994
Deduções:				
Impostos	(112.543)	(100.788)	(155.817)	(143.555)
Provisão e perda por glosas e inadimplência	(67.564)	(65.969)	(91.760)	(76.673)
Descontos	<u>(8.582)</u>	<u>(5.555)</u>	<u>(9.351)</u>	<u>(5.624)</u>
	<u>1.779.733</u>	<u>1.595.626</u>	<u>2.487.487</u>	<u>2.264.142</u>

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros (a)	(131.862)	(99.670)	(150.182)	(116.183)
Variações cambiais e monetárias passivas	(6.558)	(16.256)	(11.176)	(22.440)
Outros	<u>(12.519)</u>	<u>(21.541)</u>	<u>(16.597)</u>	<u>(25.996)</u>
	(150.939)	(137.467)	(177.955)	(164.619)
Receitas financeiras				
Juros	28.639	14.647	37.287	26.694
Variações cambiais e monetárias ativas	6.713	16.231	8.456	19.413
Outros (a)	<u>44.260</u>	<u>929</u>	<u>45.628</u>	<u>4.820</u>
	79.612	31.807	91.371	50.927
	<u>(71.327)</u>	<u>(105.660)</u>	<u>(86.584)</u>	<u>(113.692)</u>

(a) O ganho obtido pela adesão ao PEP/SP no montante de R\$ 12.012 (vide nota explicativa nº 21), está representado pelo montante de R\$ 31.224, registrado na rubrica de Juros e pelo montante de R\$ 43.236, registrado na rubrica de Outros.

31 Eventos subsequentes

- Oferta pública de aquisição de ações

A Companhia foi informada em 23 de dezembro de 2013, nos termos do Fato Relevante divulgado na mesma data, acerca da oferta pública voluntária de aquisição de controle da Companhia realizada por CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A. ("Ofertante"), para aquisição de no mínimo 82.362.124 (oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil e cento e vinte quatro) ações, correspondentes a 26,41% (vinte e seis vírgula quarenta e um por cento) mais 1 (uma) ação do capital social da Companhia, até a totalidade das ações ordinárias de sua emissão, ao preço por ação de R\$15,00 (quinze reais) ("OPA").

Em 22 de janeiro de 2014 a Companhia foi informada pela Ofertante, acerca do aditamento ao edital da OPA que apresentou a renúncia da Ofertante à condição de aquisição de participação que representasse aquisição do controle da Companhia. Referida informação foi objeto de Fato Relevante divulgado em 22 de janeiro de 2014. Diante do aditamento realizado, a OPA continuou objetivando a aquisição da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, sem estar condicionada a aquisição de uma quantidade mínima de ações para que fosse concluída.

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), através de sua Superintendência de Registro de Valores Mobiliários, se manifestou sobre o referido aditamento apresentado pela Ofertante, desconsiderando o mesmo. Após recurso da Ofertante, em 29 de janeiro de 2014, a CVM comunicou que o recurso foi apreciado pelo seu Colegiado que decidiu autorizar a realização de leilão da OPA como "OPA Unificada", sendo (i) OPA Voluntária, nos termos do inciso IV da Instrução CVM 361/02; e (ii) OPA para aquisição de controle, nos termos do inciso V, ambos do artigo 2o. da mesma instrução.

Em observância ao comando do item 4.8 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, em 13 de janeiro de 2014 e em 06 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA e OPA Unificada, respectivamente. O Conselho de Administração alertou que é responsabilidade de cada acionista a decisão final acerca da aceitação da OPA, recomendando, ainda, a necessidade da leitura de todos os documentos publicamente disponíveis, bem como de consultarem seus assessores financeiros, jurídicos e tributários antes de decidirem à adesão, a fim de verificar as implicações legais, cambiais e tributárias.

O leilão foi realizado em 10 de fevereiro de 2014, e durante 30 dias subsequentes, a Cromossomo adquiriu o total de 150.769.012 ações, representando 48,35% do capital social da DASA. A participação da Ofertante, em conjunto com a de seus controladores indiretos Sr. Edson de Godoy Bueno e Sra. Dulce Pugliese de Godoy, conforme Fato Relevante divulgado pela Ofertante em 12/03/2014 representa 71,94% do capital social da DASA, naquela data.

Em 11 de março de 2014 a Companhia foi citada como Ré em processo arbitral interposto pela Cromossomo na Câmara de Arbitragem do Mercado, que tem por objeto discutir a obrigatoriedade de realização da OPA prevista no Art. nº 45 do Estatuto Social da Companhia.

- Levantamento de depósito judicial – ICMS

Em 25 de fevereiro de 2014, a Companhia, por meio de seus assessores jurídicos externos, concluiu os trâmites relativos ao levantamento dos valores de ICMS cobrados sobre as importações diretas depositados em juízo em dezembro de 2011 nos autos do MS nº 0046827-27.2011.8.26.0053, processo esse em que a Companhia optou pela desistência em razão da adesão ao PEP do ICMS/SP, nos termos mencionados na Nota Explicativa nº 21 (a) - Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. O valor total do levantamento do depósito judicial foi de R\$ 53.839.

- Reorganização societária – Cisão parcial de controlada

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia e sua controlada CDPI, únicas sócias de Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (“Sérgio Franco”), aprovaram a Cisão Parcial de Sérgio Franco e a incorporação do Acervo Cindido pela controlada Lafê Serviços Diagnósticos Ltda. Conforme facultado pelo parágrafo único do artigo 233 da Lei n.º 6.404/76, uma vez que serão transferidos para a Lafê apenas ativos de Sérgio Franco, a Lafê não será responsável por quaisquer passivos de Sérgio Franco, sem qualquer solidariedade em relação a obrigações de Sérgio Franco. Em razão da Cisão Parcial foi aprovada a redução de capital de Sérgio Franco no valor de R\$ 6.366, correspondente ao Acervo Cindido, passando de R\$ 63.902 para R\$ 57.536, com o consequente cancelamento de 6.366.316 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e dezesseis) quotas de Sérgio Franco.

Para realizar a avaliação do valor do acervo cindido da Sérgio Franco, foi contratada a APSIS CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA., responsável pela elaboração do laudo de avaliação do acervo cindido da Sérgio Franco a ser incorporado pela Lafê.

* * * *

Dickson Esteves Tangerino
Diretor Presidente

Paulo Bokel Catta-Preta
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Carlos Elder Maciel de Aquino
Diretor de Gestão Contábil e Recebíveis

Daniel Vendramini da Silva
TC-CRC 1SP125812/O-1